



25<sup>de</sup>  
**ABRIL**  
40 ANOS<sup>de</sup>  
**ESTATÍSTICAS**



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL

# Ficha técnica

---

## Título

25 DE ABRIL - 40 ANOS DE ESTATÍSTICAS

## Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
Av. António José de Almeida  
1000-043 Lisboa  
Portugal  
Telefone: 21 842 61 00  
Fax: 21 845 40 84

## Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

## Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

**ISBN** 978-989-25-0288-5

## Sinais convencionais

---

- ... Dado confidencial
- Dado nulo ou não aplicável
- x Dado não disponível
- o Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada
- ⊥ Quebra de série/comparabilidade
- % Percentagem
- ‰ Permilagem

Página 97 - texto atualizado em 08.05.2014.

O INE, I.P. na Internet

**www.ine.pt**

© INE, I.P., Lisboa - Portugal, 2014

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

 Apoio | a clientes

**808 201 808**

(rede fixa nacional)

+ 351 218 440 695 (outras redes)

**150** SOU **CENSOS**  
**EM PORTUGAL**  
1864 - 2014

## Índice

<b>1. POPULAÇÃO e TERRITÓRIO</b>	pag.07
<b>2. FAMÍLIA</b>	pag.15
<b>3. MULHERES e HOMENS</b>	pag.21
<b>4. HABITAÇÃO</b>	pag.31
<b>5. EDUCAÇÃO</b>	pag.37
<b>6. EMPREGO e SALÁRIOS</b>	pag.43
<b>7. CONDIÇÕES de VIDA</b>	pag.49
<b>8. SAÚDE</b>	pag.59
<b>9. PROTEÇÃO SOCIAL</b>	pag.65
<b>10. CULTURA</b>	pag.71
<b>11. TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES</b>	pag.77
<b>12. JUSTIÇA</b>	pag.83
<b>13. ECONOMIA</b>	pag.89
<b>14. FINANÇAS PÚBLICAS</b>	pag.101
<b>15. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b>	pag.109



**25**<sup>de</sup>  
**ABRIL**  
**40**  
**ANOS**<sup>de</sup>  
**ESTATÍSTICAS**



## Nota de Apresentação

Por ocasião do 25 de Abril, o INE edita uma publicação que, com recurso a informação estatística, ilustra o caminho percorrido e as principais alterações registadas em Portugal, nas últimas quatro décadas.

O percurso feito pode considerar-se globalmente encorajador, designadamente em áreas como a educação, a saúde, a proteção social, a habitação...

Mas evidencia também áreas de preocupação: o crescimento económico, o desemprego, os desequilíbrios orçamentais e externos, o número de portugueses pobres ou em risco de pobreza e, com sérias implicações para o futuro do País, o envelhecimento da população a que há que dispensar particular atenção.

Nas últimas décadas, tecnologia e novas necessidades de informação associam-se para colocar os produtores de estatísticas oficiais perante uma realidade a muitos títulos diferente e em mutação contínua.

Contudo, na sua essência, a Missão, a Visão e os Valores de um instituto nacional de estatística não se alteraram: as estatísticas oficiais devem ser produzidas com qualidade (em todas as suas vertentes) e satisfazer as necessidades de informação da Sociedade que servem.

Para todos os decisores — a nível público e privado, individual e coletivo — é vital dispor de informação estatística atempada e de qualidade. Assim poderão conhecer o passado, gerir o presente e preparar o futuro.

O espaço e o tempo de liberdade abertos com o 25 de Abril significaram, também, um grande salto qualitativo na transparência, na acessibilidade e no conhecimento das estatísticas oficiais.

O papel que nesta matéria cabe ao INE vem sendo desempenhado com independência, qualidade e esforço, em prol de uma Sociedade que se conheça cada vez mais através das estatísticas e possa decidir em contexto de Cidadania.



CAPÍTULO 1 | POPULAÇÃO e TERRITÓRIO



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS





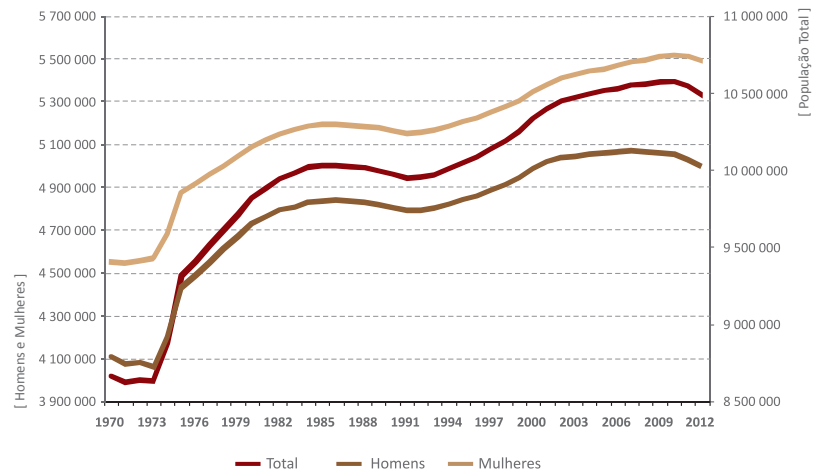
## POPULAÇÃO e TERRITÓRIO

A população residente aumentou 21,1% no período entre 1970 e 2012 o que representa um acréscimo de 1,8 milhões de residentes. Este aumento corresponde a uma taxa média de crescimento anual de 0,5%. Apesar do declínio no número de residentes entre 1970 e 1973, resultado do forte contributo da emigração, foi nos anos 70 que o crescimento populacional se fez sentir com maior intensidade, nomeadamente nos anos de 1974 e 1975, quando se registaram os maiores picos de crescimento, de 2,9% e 4,8% respetivamente. Estes picos devem-se ao impacto do processo de descolonização, com o regresso da população das ex-colónias.

Neste período o saldo natural, que tinha declinado nos anos anteriores também registou alguma recuperação. Nos anos seguintes e até 1986, a população residente foi diminuindo acompanhando a mesma tendência do saldo migratório, e atingiu valores negativos no período entre 1987 e 1991. A população residente voltou a aumentar entre 1993 e 2009 período no qual as taxas de crescimento da população residente variaram entre 0,1% e 0,8%. Igualmente influenciada pelos movimentos migratórios, e após um ano de estagnação em 2010, verificou-se o declínio da população residente a taxas de -0,5% e de -0,3% em 2011 e 2012, respetivamente. Este movimento populacional foi sempre acompanhado de um progressivo decréscimo do saldo natural. Neste período o saldo natural que tinha declinado nos anos anteriores também registou alguma recuperação. Nos anos seguintes até 1986 a população residente foi diminuindo acompanhando a mesma tendência do saldo migratório, atingindo valores negativos no período entre 1987 e 1991. A população residente voltou a aumentar entre 1993 e 2009 período no qual as taxas de crescimento da população residente variaram entre 0,1% e 0,8%. Igualmente influenciada pelos movimentos migratórios, e após um ano de estagnação em 2010, verificou-se o declínio da população residente com taxas de -0,5% e -0,3% em 2011 e 2012 respetivamente. Este movimento populacional foi sempre acompanhado de um progressivo decréscimo do saldo natural.

Gráfico 1.1

### População residente segundo o sexo

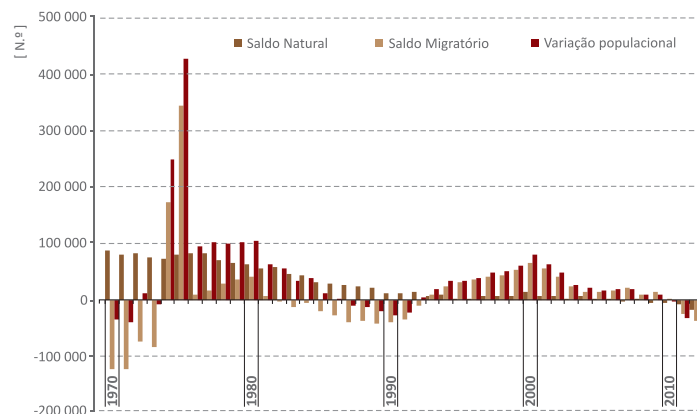


Fonte: INE, IP, Estimativas Anuais da População Residente.

Nota: 1992-2011 - valores revistos em função, respetivamente, das séries Estimativas Definitivas de População Residente 1991-2000 e 2001-2010 e das Estimativas Provisórias de População Residente 2011.

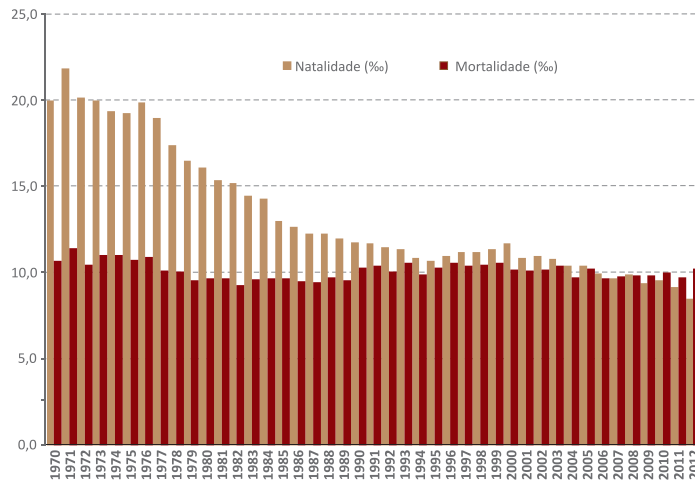
Gráfico 1.2

### Varição da população, saldo natural e migratório



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

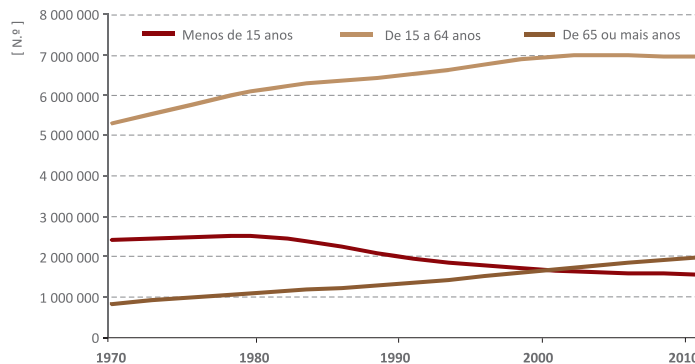
Gráfico 1.3  
Taxas brutas de natalidade e mortalidade



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

Nota: 1992-2011 - valores revistos em função, respetivamente, das séries Estimativas Definitivas de População Residente 1991-2000 e 2001-2010 e das Estimativas Provisórias de População Residente 2011.

Gráfico 1.4  
População residente, por grupos de idade



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

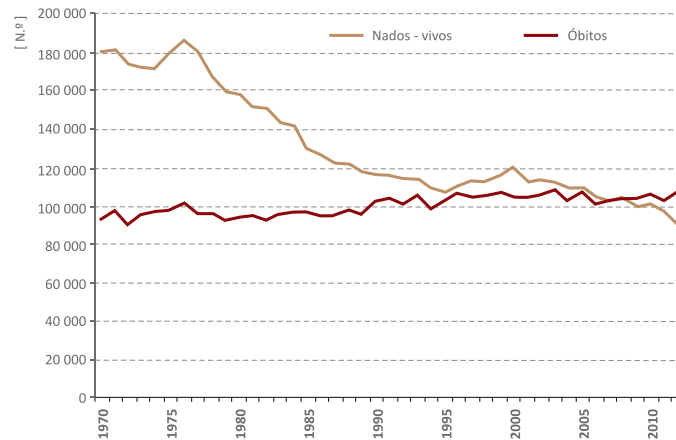
O decréscimo do saldo entre os nados-vivos e os óbitos teve origem essencialmente na acentuada diminuição da taxa de natalidade, que passou de 20,0‰ em 1970 para 8,5‰ em 2012. Paralelamente a taxa de mortalidade que registou ligeiras variações ao longo dos 43 anos em análise, também decresceu, de 10,7‰ em 1970 para 10,2‰ em 2012.

O forte decréscimo da taxa de natalidade refletiu-se na evolução da população na faixa etária com menos de 15 anos, que após um período de relativa estagnação entre 1970 e 1980, registou um decréscimo desde então cifrando-se nos 1,6 milhões de indivíduos em 2011, o que corresponde a 14,9% do total de indivíduos. Este indicador encontra-se abaixo do número de indivíduos com 65 ou mais anos, que nos últimos 43 anos tem verificado uma evolução contrária, atingindo os 2 milhões no ano de 2011 o que representa 19,0% do total da população.

Igualmente a refletir a tendência de inversão da pirâmide etária, o indicador de nados-vivos caiu cerca de metade, nos 43 anos em análise; já o número de óbitos registou um ligeiro aumento.

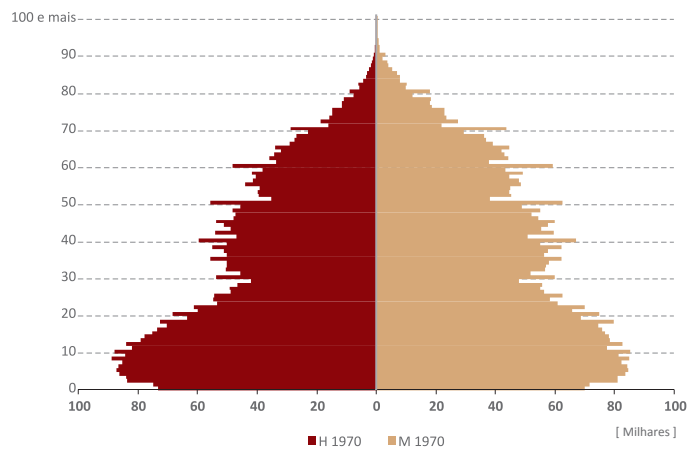
Os gráficos seguintes permitem a comparação entre as estruturas etárias de 1970 e de 2012. A redução da base da pirâmide etária (população mais jovem) e o alargamento da respetiva parte superior (população mais envelhecida) são claramente visíveis e reveladores do progressivo envelhecimento da população.

Gráfico 1.5  
Nascimentos e óbitos



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

Gráfico 1.6  
População residente, segundo o sexo por idade ano a ano



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

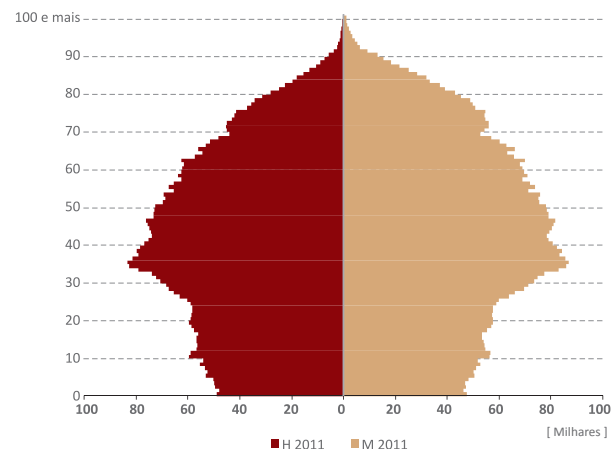
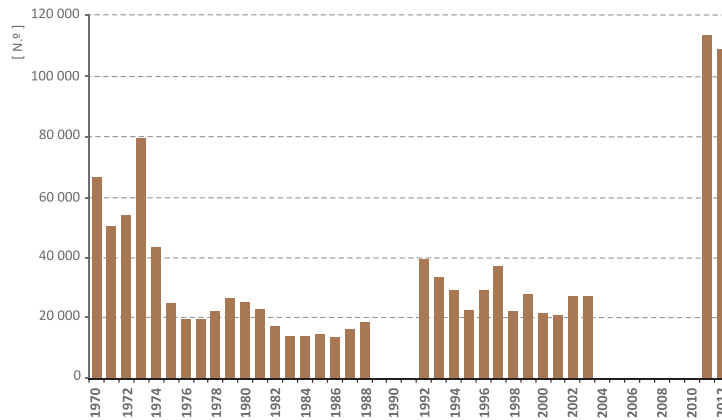


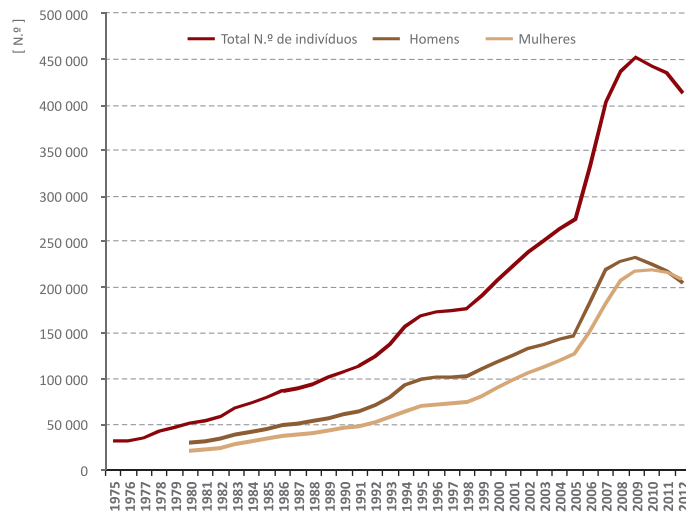
Gráfico 1.7  
População emigrante



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas; Ministério da Administração Interna - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Os números relativos à emigração por ano de saída refletem o forte incremento da emigração em 2011 e 2012. Este indicador tinha registado um decréscimo após 1973, seguido de um crescimento moderado no período 1992-2003. Nos anos de 2011 e de 2012 a média da população emigrante suplantou em cerca de 3,5 vezes a média registada no período de 1970 a 1973.

Gráfico 1.8  
População estrangeira, com estatuto legal de residência, segundo o sexo



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas; Ministério da Administração Interna - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

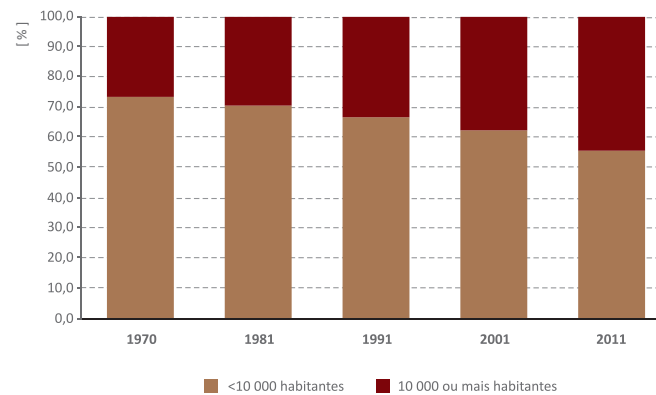
Nota: Dados provisórios para 2012.

O crescimento do número de estrangeiros residentes registou uma tendência sustentável até ao ano de 2005 embora com picos nas taxas de crescimento no início da série e em 1983, 1993 e 1994. Em 2006 e 2007 verificou-se um forte incremento tendo-se registado taxas de crescimento na ordem dos 20%. No sentido inverso a partir de 2010 observou-se uma quebra acentuada com taxas de variação negativas que atingiram 4,6% em 2012. Ao longo de toda a série, o número de indivíduos do sexo masculino foi superior ao do feminino, situação que se inverteu no ano de 2012.

A análise do gráfico seguinte permite avaliar o grau de concentração urbana. Esta concentração é visível pelo acréscimo de 17,8 pontos percentuais, no peso da população residente em aglomerados com 10 000 ou mais habitantes face ao total, registado no período em análise.

Gráfico 1.9

População residente em aglomerados populacionais com 10 000 e mais habitantes



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.



CAPÍTULO 2 | FAMÍLIA



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS



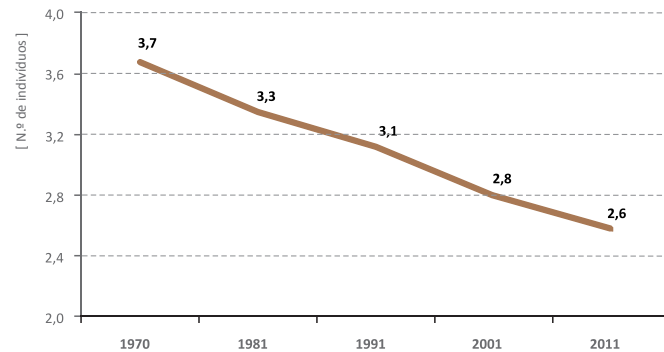


## FAMÍLIA

Desde 1970 que se tem verificado uma redução do número médio de indivíduos por família. Em 1970 este indicador era de 3,7 indivíduos por família o que compara com 2,6 registados em 2011. A maior queda relativa na dimensão média das famílias verificou-se em 2001 (10,2%). No entanto ao longo das décadas em análise as quebras em termos absolutos foram de 0,2 ou 0,3 indivíduos por família por década.

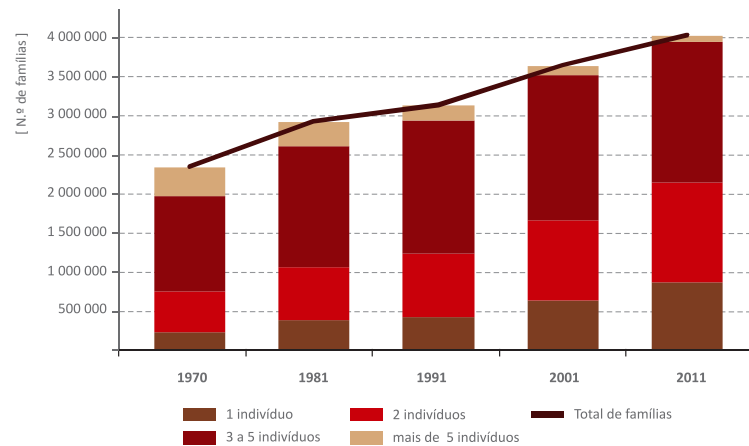
O número total de famílias apresentou um crescimento continuado nos 42 anos em análise. Em 1970 existiam 2,4 milhões de famílias residentes em Portugal e em 2011 este valor foi de 4 milhões. Na década de 70 o crescimento foi mais acentuado, e na década de 80 mais moderado, registando novamente uma aceleração nas duas décadas seguintes. O número de famílias com 5 ou mais indivíduos foi decrescendo contrariamente ao número de famílias com 1 ou 2 indivíduos, verificando-se a prevalência de unidades familiares de menor dimensão. Igualmente a confirmar esta tendência, verificou-se que o número de famílias com 3 a 5 indivíduos que tinha registado aumentos até 2001, diminuiu na década seguinte.

Gráfico 2.1  
Dimensão média das famílias



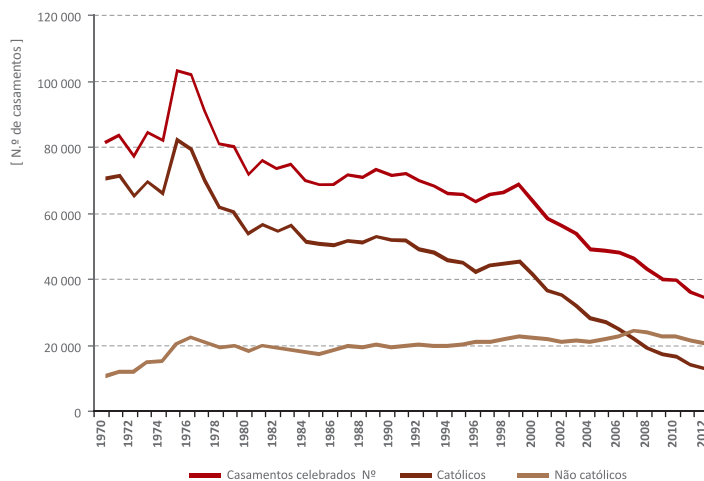
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Gráfico 2.2  
Famílias, segundo a dimensão



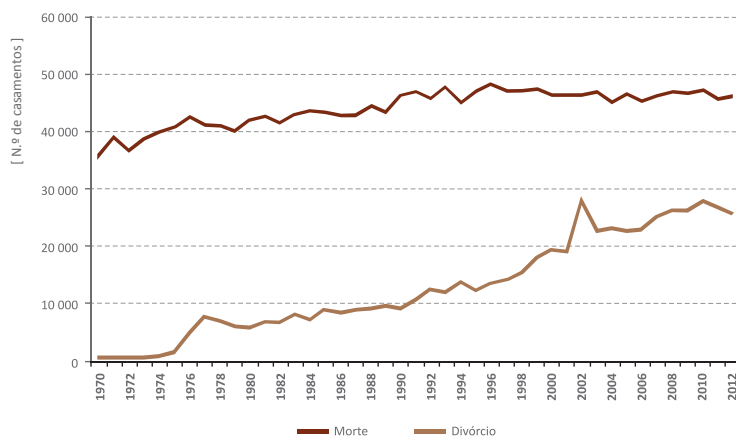
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Gráfico 2.3  
Casamentos celebrados, segundo a forma de celebração



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Gráfico 2.4  
Casamentos dissolvidos por morte e divórcio



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

A evidente diminuição do número de casamentos celebrados foi acompanhada da mesma tendência nos casamentos católicos. Contrariamente os casamentos não católicos apresentaram ao longo dos 43 anos em análise um ligeiro aumento. Estas tendências resultaram na inversão da posição relativa entre casamentos católicos e não católicos em 2006 que até esse ano era favorável aos casamentos católicos.

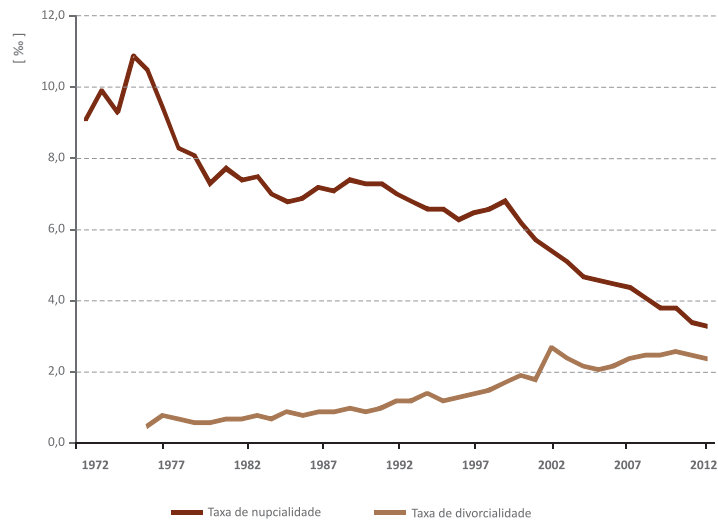
Em 1975 foram celebrados 103 125 casamentos (20,0% não católicos), o que representa um forte acréscimo que contrasta com a queda registada em 1978, ano em que se celebraram 81 111 casamentos. Fruto das continuadas quedas nos anos subsequentes, em 2012 apenas se celebraram 34 423 casamentos dos quais 60,9% foram não católicos.

A principal causa de dissolução dos casamentos continua a ser a morte, apesar do crescente aumento do número de divórcios. No período em análise, o número de matrimónios dissolvidos aumentou sendo os divórcios a principal causa desse aumento. Com efeito, os divórcios cresceram a um ritmo superior ao do número de dissoluções matrimoniais por morte de um dos cônjuges. Em 1970 os casamentos dissolvidos devido a morte foram de 35 765, o que corresponde a 98,6% do total, e apenas 509 casamentos (1,4% do total) foram dissolvidos por motivo de divórcio. Em 2012 estes valores são substancialmente diferentes tendo a causa de morte sido responsável por 46 217 (64,6% do total) e o divórcio por 25 380 (35,4% do total) dissoluções matrimoniais. De salientar as evoluções negativas no número e peso sobre o total dos divórcios registados em 2011 e 2012, o que contrariou a tendência anterior.

O número de casamentos face à população residente apresentou ao longo dos 43 anos em análise uma tendência decrescente. De salientar o forte acréscimo da taxa de nupcialidade em 1975 (10,9‰) a que se seguiu uma acentuada quebra dessa taxa até 1980 (7,3‰). Nos anos seguintes e até 2012, embora com oscilações, esta taxa diminuiu até aos 3,3‰. Com tendência contrária, embora menos acentuada, a taxa de divorcialidade tem vindo a aumentar. Esta série tem início em 1976, ano em que regista 0,5‰ subindo até aos 2,4‰ em 2012. Em 2002 verificou-se um pico, tendo a taxa de divorcialidade aumentado até aos 2,7‰ ao qual se seguiu um quebra no ano seguinte para 2,1‰. À semelhança da evolução verificada em 2011 e 2012 para o número de divórcios e do seu peso sobre o total, também o número de divórcios face ao total de indivíduos residentes registou um decréscimo.

Em 1970 o estado civil de solteira/o verificava o maior peso sobre o total (49,0%) seguido das/os casadas/os (40,5%). Apesar das quebras na taxa de nupcialidade e do aumento da taxa de divorcialidade o estado civil de casada/o aumentou o seu peso na população residente em 2012 (46,5%) superando o peso do estado civil de solteira/o (45,0%). Entre 1970 e 2011, o peso das/os viúvas/os cresceu ligeiramente (1,7 p.p.) e de divorciadas/os aumentou de 0,2% para 5,6%.

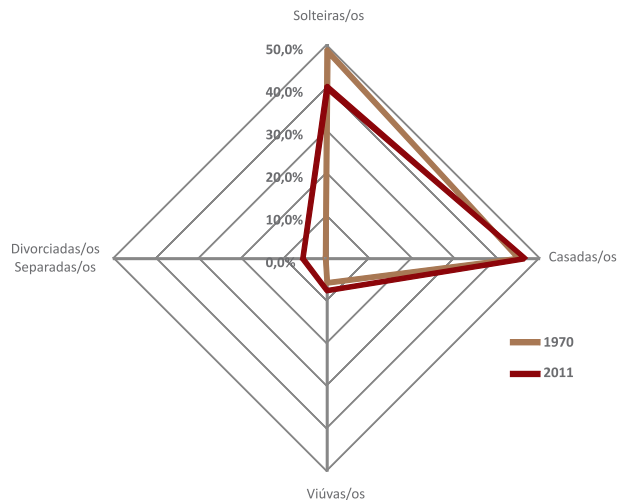
Gráfico 2.5  
Taxa de nupcialidade e divorcialidade



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas.

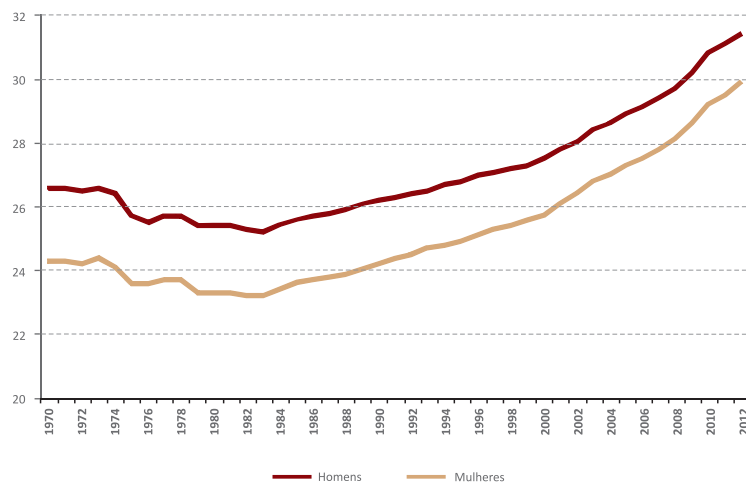
Notas: Taxa bruta de nupcialidade - Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1 000 habitantes). / Taxa bruta de divorcialidade - Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1 000 habitantes).

Gráfico 2.6  
População residente, segundo o estado civil



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

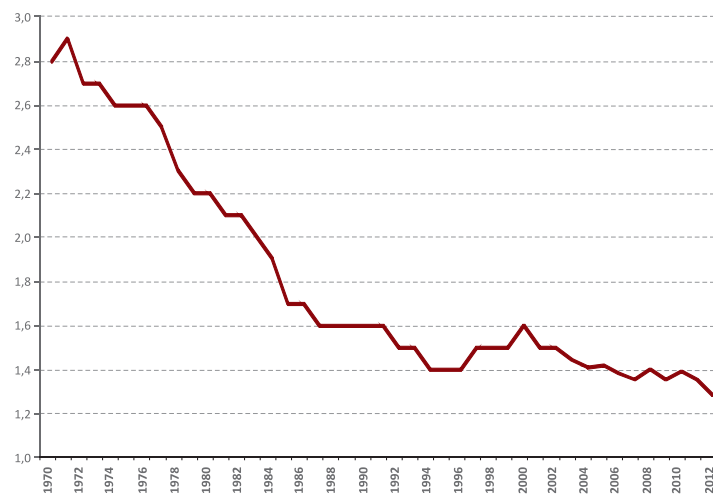
Gráfico 2.7  
Idade média ao primeiro casamento



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas.

A idade média ao primeiro casamento era em 1970, de 24,3 anos para as mulheres e de 26,6 anos para os homens. Até 1983 verificou-se um decréscimo neste indicador para ambos os sexos (23,2 anos para as mulheres e 25,2 para os homens). Após 1984 e até 2012 o aumento foi continuado e mais acentuado para as mulheres do que para os homens, verificando-se nesse ano que em média as mulheres celebram o primeiro casamento aos 29,9 anos e os homens aos 31,4 anos. A diferença de comportamentos entre sexos tem vindo a atenuar-se. Em 1970 a idade média do primeiro casamento para os homens era 2,3 anos, superior ao mesmo indicador para as mulheres. Esta diferença em 2012 foi reduzida para 0,5 anos.

Gráfico 2.8  
Índice sintético de fecundidade



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas.

Nota: Índice sintético de fecundidade - Nº médio de crianças nascidas vivas por mulher.

A par da taxa de natalidade, também o índice de fecundidade tem vindo a registar sucessivos decréscimos. O número médio de crianças vivas nascidas por mulher foi em 1970 de 2,8 crianças, indicador que em 2012 se ficou pelas 1,3 crianças, apesar de alguma recuperação verificada entre 1996 (1,4) e 2000 (1,6) e de praticamente uma estagnação no período 2003-2010 (1,4).

CAPÍTULO 3 | MULHERES e HOMENS



25<sup>de</sup>  
**ABRIL**  
40  
**ANOS**<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS

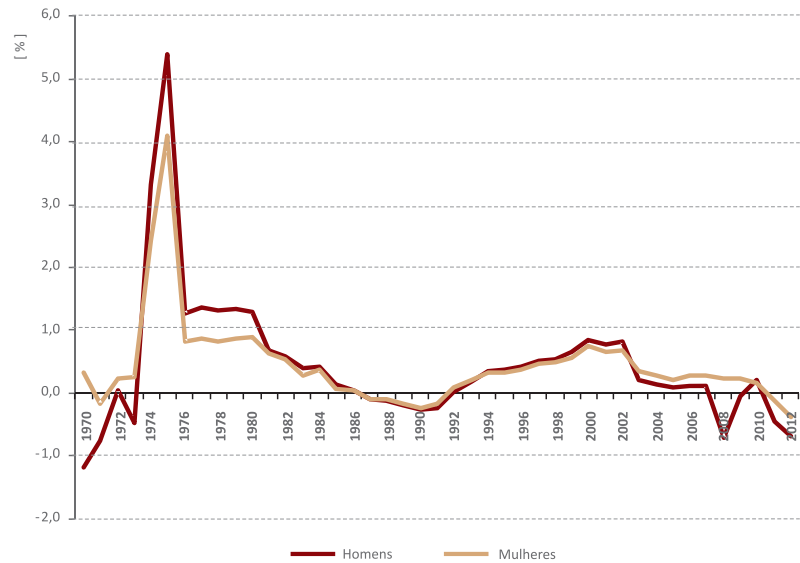


## MULHERES e HOMENS

Nos últimos 43 anos a relação de masculinidade manteve-se relativamente estável em torno de uma média de 92,3 homens para cada 100 mulheres, apesar da queda de 0,7% no número de efetivos masculinos verificada no ano de 2008. A taxa de crescimento no número de indivíduos do sexo masculino é superior à do sexo feminino em 1 p.p. no período em análise.

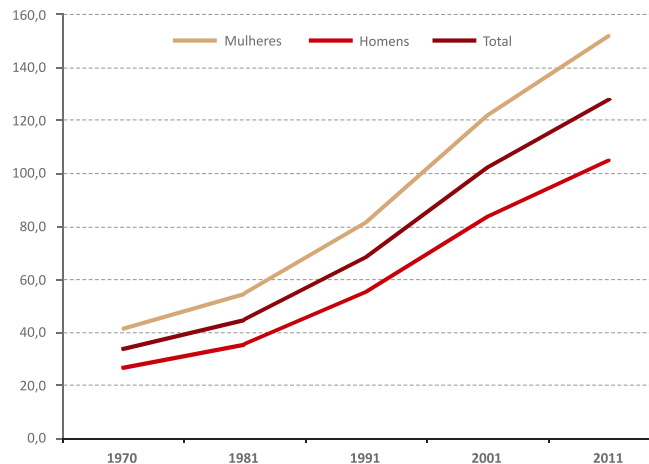
A evolução da relação entre número de idosas/os (65 ou mais anos) e jovens (dos 0 aos 14 anos) segue a mesma tendência para ambos os sexos, no entanto o envelhecimento da população do sexo feminino foi sempre muito superior ao envelhecimento da população do sexo masculino. Esta diferença tem-se acentuado.

Gráfico 3.1  
Taxa de crescimento efetivo, por sexo



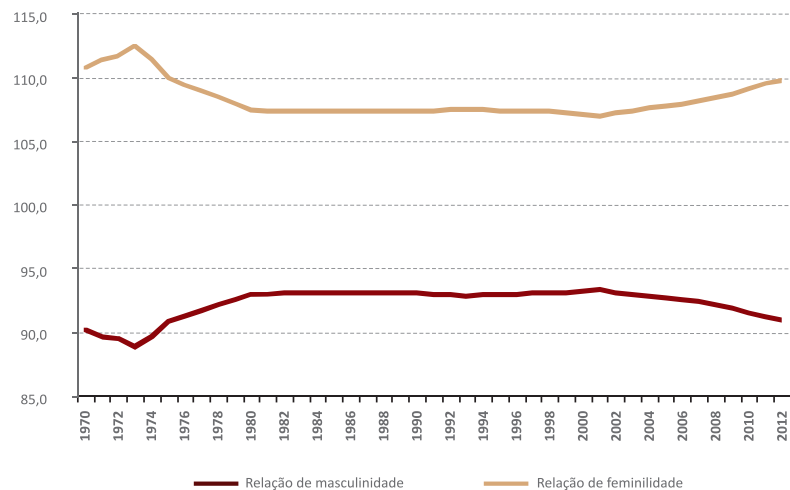
Fonte: INE, I.P., Estimativas de População Residente.

Gráfico 3.2  
Índice de envelhecimento, por sexo



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Gráfico 3.3  
Relação de feminilidade/masculinidade



Fonte: INE, I.P., Estimativas de População Residente.

A proporção de mulheres no total da população registou um acréscimo desde o início da série até ao ano de 1973 quando atingiu o seu valor máximo de 112,5 mulheres por cada 100 homens. No período entre 1974 e 1980 o índice de feminilidade conheceu uma tendência de decréscimo seguida de um período de estagnação que se verificou até 2004. Após 2005 e até 2012 a relação de feminilidade tem vindo a aumentar aproximando-se do valor do ano 1976.

Quadro 3.1  
Taxa de analfabetismo, por sexo

	Homens		Mulheres	
	Total	com 65 ou mais anos	Total	com 65 ou mais anos
	%			
1970	19,7	47,0	31,0	64,6
1981	13,7	43,6	23,0	60,3
1991	7,7	29,3	14,1	45,8
2001	6,3	24,5	11,5	40,8
2011	3,5	12,6	6,8	24,5

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

A taxa de analfabetismo nas mulheres tem sido sensivelmente o dobro da registada nos homens. Embora esta taxa tenha diminuído significativamente para ambos os sexos a diferença entre homens e mulheres diminuiu muito ligeiramente.

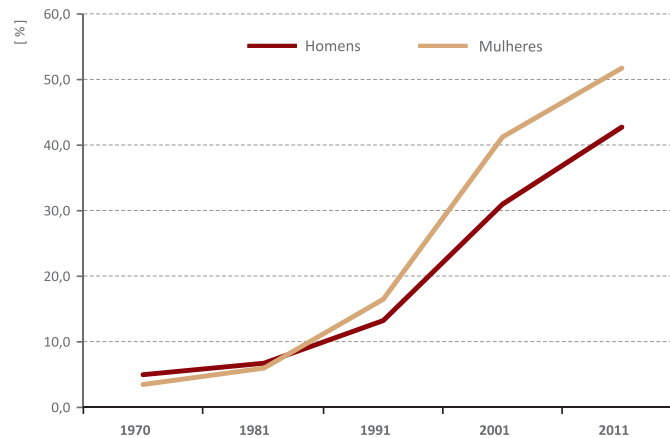


Na década de 70 eram os indivíduos do sexo masculino que mais frequentavam as universidades. Ao longo dos anos 80 a relação de feminilidade nas universidades inverteu-se e nos anos seguintes a diferença na taxa de participação no ensino superior entre os sexos masculino e feminino veio a ser progressivamente mais significativa. No ano 2011, a participação das mulheres no total da população feminina dos 18 aos 24 anos de idade que frequentava o ensino superior era de 51,8%.

Em 2001 a diferença entre sexos verificada na população residente com mestrado/doutoramento como nível de qualificação é semelhante à mesma diferença na década anterior, apesar de se ter verificado um aumento de indivíduos com esse nível de habilitações. O aumento entre 2001 e 2011 foi superior ao da década anterior num total de cerca de 96 mil indivíduos. O maior aumento verificou-se nos indivíduos do sexo feminino (53%) que na última década ultrapassaram os indivíduos do sexo masculino (47%).

Gráfico 3.4

## Taxa de participação no ensino superior, por sexo

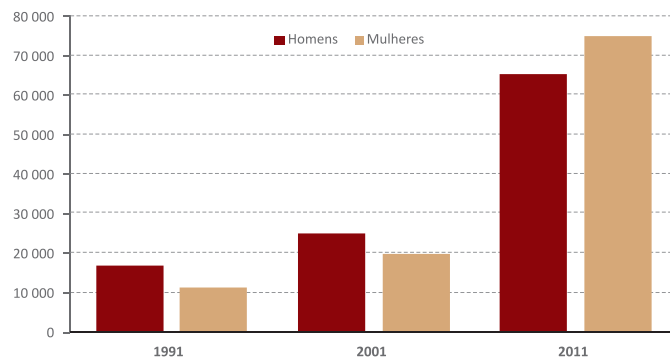


Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Nota: A taxa de participação no ensino superior corresponde à relação entre população a frequentar o ensino superior e a população do grupo etário dos 18 aos 24 anos de idade.

Gráfico 3.5

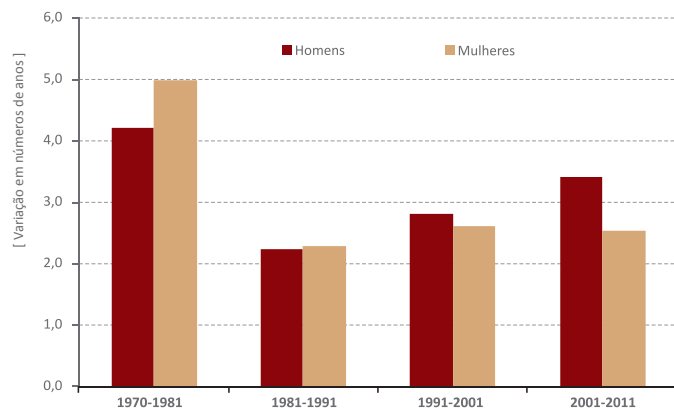
## População residente com Mestrado/Doutoramento como nível de qualificação



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Gráfico 3.6

## Variação da esperança média de vida à nascença, por sexo

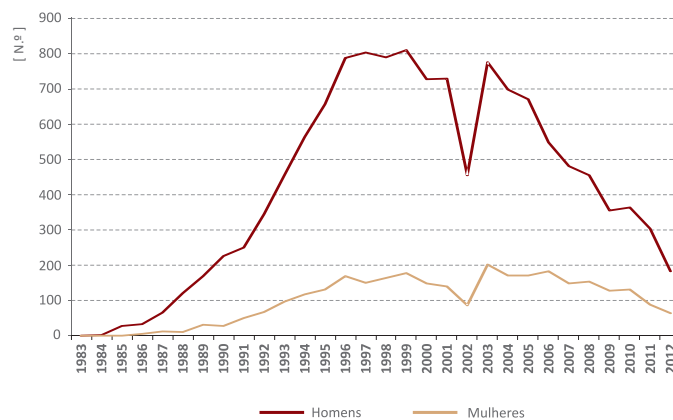


Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas.

Na década de 70 o aumento da esperança média de vida à nascença foi significativo e mais acentuado para as mulheres. Na década que se seguiu houve um forte decréscimo nesse indicador para ambos os sexos, registando-se um aumento de 2,2 anos aproximadamente. No período 1991-2001 a esperança média de vida à nascença aumentou para ambos os sexos. Neste período o crescimento foi superior para os homens (2,8 anos) comparativamente às mulheres (2,6 anos). Na última década em análise, a esperança média de vida à nascença diminuiu para as mulheres em 0,1 anos e continuou a aumentar para os homens em 0,6 anos.

Gráfico 3.7

## Repartição do número de casos de SIDA diagnosticados, por sexo

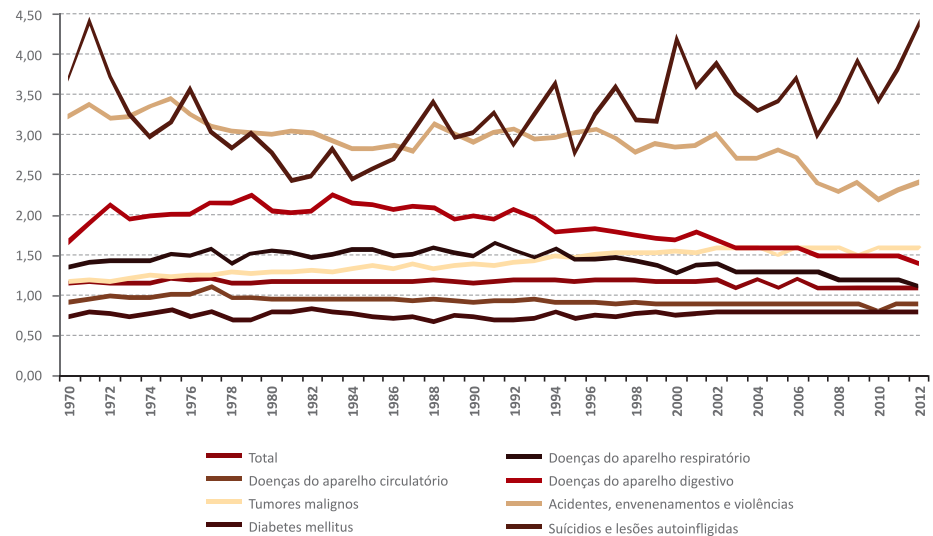


Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde.

O número de casos registados de SIDA tem tido sempre uma incidência muito superior nos homens e registou um elevado crescimento até 1999. Nos anos seguintes e até 2002 a queda foi acentuada e também para ambos os sexos. Em 2003 registou-se um forte aumento, seguido de uma tendência de queda sustentável para os anos seguintes. Esta queda foi mais significativa para os homens, que registavam 776 ocorrências em 2003 comparativamente a 183 casos em 2011 o que corresponde a um decréscimo de 76,4%. Nas mulheres o número de casos registados de SIDA era de 203 em 2003 e de 64 em 2011, o que significa um decréscimo de 68,5%.

Desde o início das séries que a mortalidade masculina tem sido sempre superior a feminina. À exceção da diabetes e das doenças do aparelho circulatório que são maior causa de mortalidade nas mulheres, as restantes principais causas de mortalidade afetam mais os homens. Destas os suicídios e lesões autoinfligidas e os acidentes, envenenamentos e violências, são responsáveis pelas maiores diferenças entre a mortalidade masculina e feminina.

Gráfico 3.8  
Índice de sobremortalidade masculina, por causas de morte

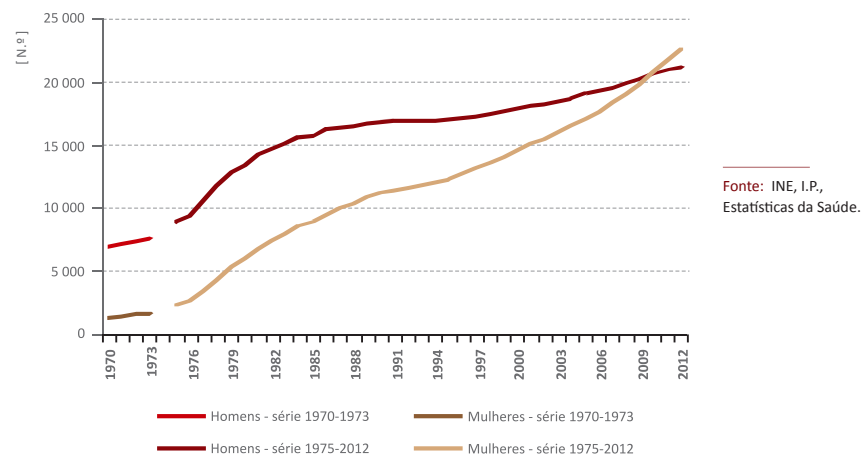


Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde; Estimativas de População Residente.

Nota: O índice de sobremortalidade masculina corresponde ao rácio entre a taxa de mortalidade masculina e a taxa de mortalidade feminina. Um valor maior que 1 corresponde a uma taxa de mortalidade masculina superior à feminina; igual a 1, a uma taxa de mortalidade masculina igual à feminina e, menor que 1, a uma taxa de mortalidade masculina inferior à feminina.

Até meados dos anos 90 o número de médicas do sexo feminino inscrito na respetiva ordem profissional era muito inferior ao número de médicos. Esta diferença manteve-se até ao início dos anos 90, período a partir do qual o número de médicos e de médicas inscritas na ordem começou a aproximar-se. Em 2010 o número de médicas superou o de médicos. No ano mais recente em análise (2012) existiam 21 251 médicos inscritos na ordem e 22 612 médicas.

Gráfico 3.9  
Médicos inscritos na Ordem dos Médicos, por sexo



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde.

Quadro 3.2

## Evolução da participação feminina em lugares de decisão

na composição inicial dos Governos Constitucionais (%)		na Assembleia da República (%)		nas Presidências de Câmara Municipal (%)	
I / 1976	1,9	1975	8,9	1979	1,3
II / 1978	0,0	1976	4,9	1982	1,9
III / 1978	4,5	1979	6,8	1985	1,3
IV / 1978	4,2	1980	6,8	1989	2,3
V / 1979	6,8	1983	7,2	1993	1,6
VI / 1980	2,0	1985	6,4	1997	3,9
VII / 1981	5,3	1987	7,6	2001	5,2
VIII / 1981	3,4	1991	8,7	2005	6,2
IX / 1983	9,1	1995	12,2	2009	7,5
X / 1985	8,5	1999	17,4	2013	7,5
XI / 1987	5,6	2002	19,6		
XII / 1991	9,8	2005	21,3		
XIII / 1995	8,6	2009	27,4		
XIV / 1999	9,5	2011	26,1		
XV / 2002	13,5				
XVI / 2004	14,0				
XVII / 2005	11,3				
XVIII / 2009	18,5				
XIX / 2011	16,7				

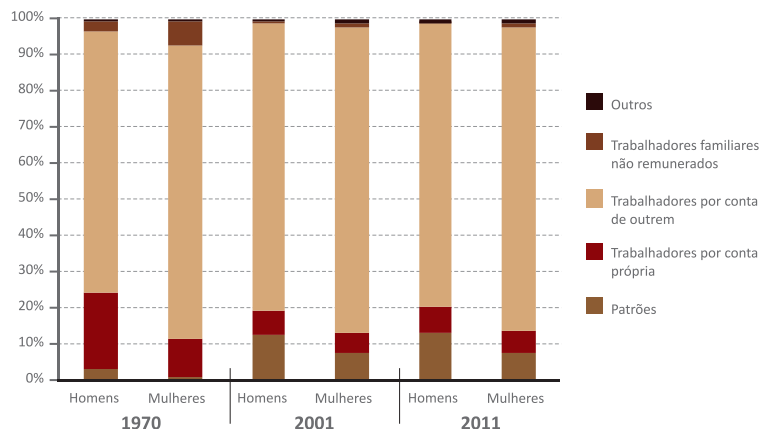
Fonte: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Nota: Foram considerados os cargos de Ministro/a e Secretário/a de Estado. Foram considerados todos os cargos desempenhados, mesmo quando em acumulação.

A tendência registada desde 1975 na participação feminina nos órgãos de decisão tem sido de crescimento muito moderado e ainda se encontra significativamente abaixo da participação masculina. Contrariamente, entre 2009 e 2011 registou-se um decréscimo na participação feminina. Nos dois últimos períodos de eleições autárquicas manteve-se o número de presidentes de câmara mulheres.

Gráfico 3.10

## População residente empregada, segundo a situação na profissão e sexo



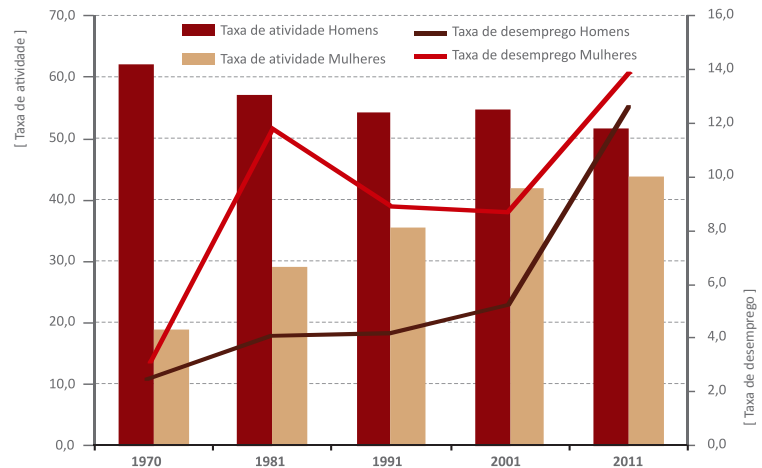
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Os trabalhadores familiares não remunerados, que tinham maior incidência no sexo feminino, e os trabalhadores por conta própria, que, ao contrário, eram compostos maioritariamente número de homens, diminuíram muito a sua expressão entre 1970 e 2001. Ao contrário o peso dos patrões no total das ocupações aumentou significativamente nesse mesmo período mantendo-se o número de homens superior ao de mulheres. Entre 2001 e 2011 a evolução não foi significativa.

O crescimento da taxa de atividade das mulheres tem permanentemente registado uma tendência inversa à verificada nos homens. O comportamento da taxa de desemprego tem sido diferente entre os sexos embora a taxa de desemprego masculina tenha sido sempre inferior à feminina. Nos anos 70 a taxa de desemprego para as mulheres cresceu de forma muito acentuada tendo conhecido uma forte queda na década seguinte e uma queda, ainda que mais moderada, nos anos 90. Já a taxa de desemprego para os homens também cresceu mas de forma mais moderada. Em 2011 as taxas de desemprego feminino e masculino atingiram os valores mais elevados desde o início da série.

Gráfico 3.11

Taxas de atividade e de desemprego (em sentido lato), por sexo



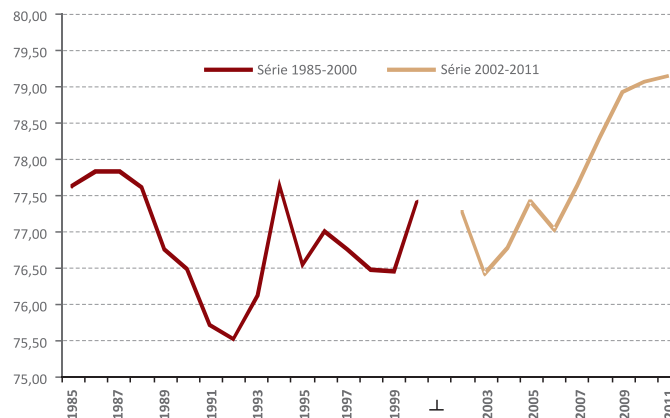
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Nota: Em 1970, a população de referência era constituída pelos indivíduos com 10 ou mais anos de idade; em 1981 e 1991, pelos indivíduos com 12 ou mais anos de idade e, em 2001, pelos indivíduos com 15 ou mais anos de idade.

As diferenças salariais entre sexos agravaram-se até 1992 ano em que, em média, as mulheres ganhavam 3/4 do salário dos homens. Nos dois anos seguintes verificou-se alguma recuperação, com um acréscimo de 2,2 p.p.. No período entre 1995 e 2006 existiram diversas oscilações que precederam um período de aproximação entre os salários médios das mulheres e dos homens. Em 2011 as mulheres auferiam uma remuneração média inferior em 20,9% à dos homens.

Gráfico 3.12

Rácio da Remuneração média mensal feminina/Remuneração média mensal masculina



Fonte: MSST-DEEP, Quadros de Pessoal. INE, I.P., Índice de Preços no Consumidor.



CAPÍTULO 4 | HABITAÇÃO

25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS







## HABITAÇÃO

Nas últimas quatro décadas a evolução do parque habitacional português traduziu-se numa melhoria generalizada das condições de habitabilidade, medidas pela extensão das redes de esgotos e de distribuição de água e de eletricidade, num aumento do número de fogos por edifício e pelo predomínio da utilização em regime de “casa própria”, em detrimento do arrendamento. Nota-se ainda uma tendência mais recente para o envelhecimento do parque habitacional.

No final das cerca de quatro décadas terminadas em 2011, o parque habitacional português, medido pelo número de alojamentos familiares, mais do que duplicou relativamente ao que se verificava em 1970. Esta razão esteve sempre em aumento, tomando com referência o início de cada década: em 1981 era de 1,251 em 2011 foi de 2,147. Observa-se, porém, algum abrandamento no crescimento do parque durante as quatro décadas, tendo-se registado o crescimento mais intenso entre 1970 e 1981, de 2,1% em média anual. Nas décadas seguintes o ritmo foi da mesma ordem de grandeza, mas entre 2001 e 2011 o crescimento foi mais moderado, de cerca de 1,5% em média anual.

Quadro 4.1

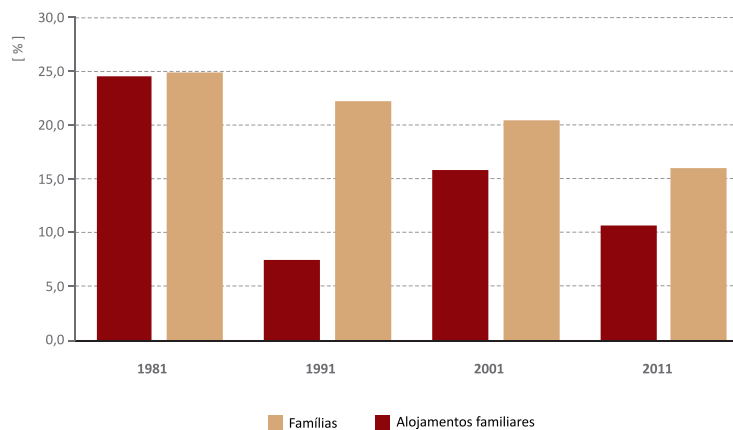
Famílias, alojamentos familiares, edifícios, alojamentos por família e alojamentos por edifício

	Famílias	Alojamentos familiares	Edifícios	Alojamentos por família	Alojamentos por edifício
	Nº				
1970	2 345 225	2 732 755	3 130 854	1,2	0,9
1981	2 924 443	3 419 453	2 507 706	1,2	1,4
1991	3 147 403	4 182 575	2 861 719	1,3	1,5
2001	3 650 757	5 046 744	3 160 043	1,4	1,6
2011	4 043 726	5 866 152	3 544 389	1,5	1,6

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação.

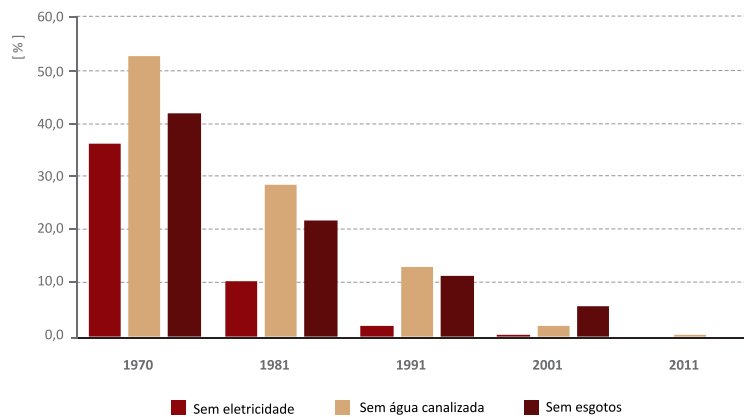
Gráfico 4.1

Alojamentos familiares e das famílias: taxas de variação entre décadas



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação.

Gráfico 4.2  
Proporção de alojamentos familiares sem infra estruturas básicas

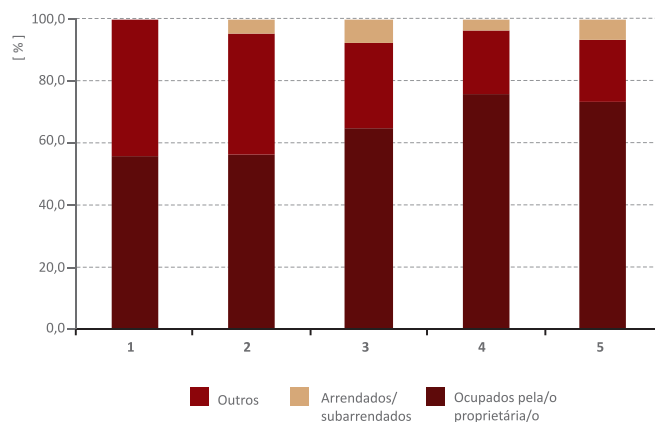


Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação.

Paralelamente, observa-se um aumento do número de alojamentos por edifício, que em 2011 se situava em 1,6, o que compara com o valor de 0,9 que se verificava em 1970.

A melhoria das condições do parque habitacional ao longo dos últimos quarenta anos pode avaliar-se recorrendo à análise da proporção de alojamentos não possuindo infra estruturas básicas. Em 1970, mais de 36,0% dos alojamentos familiares não possuía eletricidade, cerca de 42,0% não tinha esgotos e quase 53,0% não tinha água canalizada. Na década seguinte registou-se uma melhoria muito significativa no acesso a estas infra estruturas, que se prolongou para as décadas subsequentes. No final de 2011, as proporções de alojamentos familiares com estas carências eram residuais, na linha do que já se verificava em 2001.

Gráfico 4.3  
Proporção de alojamentos clássicos segundo o regime de ocupação



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação.

A média de alojamentos por família aumentou (de 1,2, em 1970, para 1,5 em 2001), refletindo o crescimento do número de alojamentos de residência não habitual ocorrido nos últimos quarenta anos. Com efeito, o ritmo de crescimento do número de alojamentos familiares foi sistematicamente superior ao do número de famílias. Enquanto no primeiro caso a taxa média de variação por década foi de 21,0%, no caso das famílias foi de 14,6%.

Paralelamente, observou-se ao longo dos últimos quarenta anos uma maior importância da habitação própria, em detrimento do arrendamento. Relativamente ao total de alojamentos para residência habitual, o número de alojamentos em regime de ocupação pela/o proprietária/o atingiu a proporção máxima em 2001, quando esta proporção se situou em 75,7% (em 1970 o valor fora de 55,7%).

Na década terminada nesse ano, a taxa de variação da habitação própria atingiu um máximo de 35,9%, ainda em aceleração face às taxas de 24,8% e de 26,2% referentes a 1981 e 1991, respetivamente. Inversamente, a ocupação em regime de arrendamento e de outros tipos registou uma contínua diminuição, passando de 44,3% para 24,3% em 2001. Na década terminada em 2011 verificou-se uma alteração destes comportamentos, tendo o regime de habitação própria diminuído em 2,5 p.p., passando para 73,2% do total, e aumentado o regime de arrendamento e outros, cujo peso subiu para 26,8%.

Nota-se ainda uma tendência para o envelhecimento do parque habitacional, que se acentuou na última década. Em 1981 por cada 100 edifícios com 5 ou menos anos existiam 408 edifícios com mais de 20 anos, mas esta relação foi aumentando, passando para 520 e para 582 em 1991 e em 2001, respetivamente. Em 2011 esta relação mais do que duplicou, passando a haver 1 183 com 20 ou mais anos por cada 100 edifícios com 5 ou menos anos.

Quadro 4.2

## Edifícios segundo a idade de construção

	Total		até 5 anos		entre 6 e 10 anos		entre 11 e 20 anos		mais de 20 anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1981	2 507 706		375 321	15,0	246 306	9,8	354 226	14,1	1 531 853	61,1
1991	2 861 719		322 754	11,3	350 423	12,2	511 200	17,9	1 677 342	58,6
2001	3 160 043		327 498	10,4	279 146	8,8	648 930	20,5	1 904 469	60,3
2011	3 544 389		209 370	5,9	300 635	8,5	558 471	15,8	2 475 913	69,9

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da Habitação.



CAPÍTULO 5 | EDUCAÇÃO



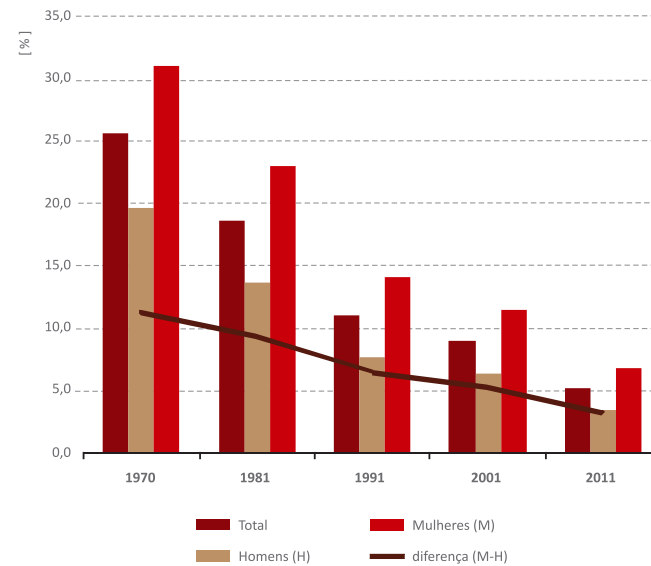
25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS



## EDUCAÇÃO

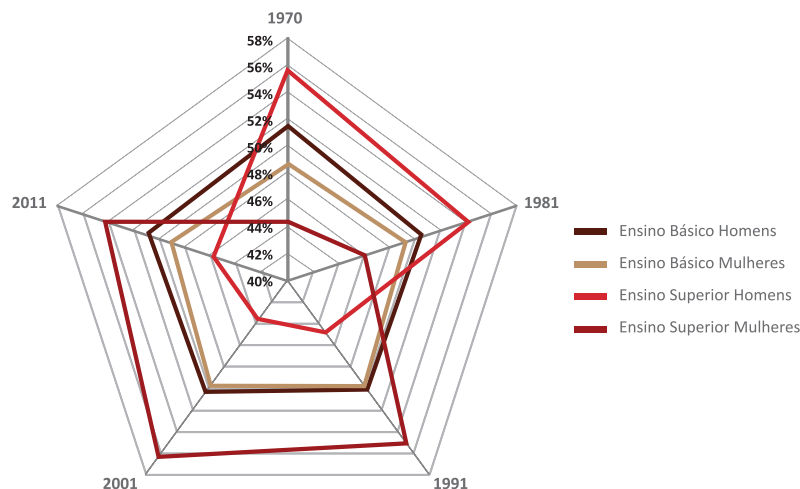
A taxa de analfabetismo que em 1970 se situava nos 25,7% decresceu em todos os períodos, alcançando em 2011 um resultado de apenas 5,2%. O decrescimento da taxa de analfabetismo foi mais acentuado para as mulheres do que para os homens pelo que o hiato tem vindo a decrescer continuamente. Em 1970 a taxa de analfabetismo registava maior incidência nas mulheres do que nos homens em 11,3 p.p.. Posteriormente em 2011 esta diferença foi reduzida a 3,3 p.p..

Gráfico 5.1  
Taxa de analfabetismo, segundo o sexo



Fonte: INE.I.P., Recenseamentos da População.

Gráfico 5.2  
Alunas/os matriculadas/os, segundo o grau de ensino



Fonte: INE.I.P., Recenseamentos da População.

A diminuição de 28,6% entre 1970 e 2011 no número de indivíduos matriculados no 1º e 2º ciclo do ensino básico não alterou a proporção entre mulheres e homens que se manteve relativamente estável ao longo de todo o período em análise. Pelo contrário, os aumentos no número de indivíduos matriculados no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário e no ensino superior foram acompanhados por alterações na composição da relação entre mulheres e homens. A evolução do número de indivíduos residentes matriculados no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário completo caracterizou-se por uma tendência para o equilíbrio entre sexos partindo de uma diferença de 4,2 p.p. em 1970 que se reduziu para apenas 0,2 p.p. em 2011. O número de indivíduos matriculados no ensino superior aumentou de 38,4 mil indivíduos em 1970 para 384,8 mil indivíduos em 2011. De salientar a diferença entre a elevada taxa de crescimento deste indicador, que entre 1991 e 2001 foi de 138,8%, e o decréscimo de 1,5% registado no período seguinte (2001-2011). Em 1970 o número de mulheres matriculadas no ensino superior era inferior em 11,3 p.p. ao número de homens matriculados nesse nível de ensino. Em 1991 este resultado inverteu-se a taxa de feminilidade no universo dos indivíduos matriculados no ensino superior foi de 55,2%.

Quadro 5.1  
Alunas/os matriculadas/os, segundo o grau de ensino e sexo

	Total	Ensino Básico - 1º e 2º ciclos		Ensino Básico - 3º ciclo e Ensino Secundário			Ensino Superior			
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>1970</b>	1 308 475	1 045 745	51,3	48,7	224 375	52,1	47,9	38 355	55,6	44,4
<b>1981</b>	1 714 184	1 194 378	51,8	48,2	449 108	47,4	52,6	70 698	54,0	46,0
<b>1991</b>	1 917 940	1 008 852	52,1	47,9	745 496	47,5	52,5	163 592	44,8	55,2
<b>2001</b>	1 912 731	786 705	52,0	48,0	735 388	48,5	51,5	390 638	43,6	56,4
<b>2011</b>	1 978 660	746 580	51,6	48,4	847 306	50,2	49,8	384 774	45,7	54,3

Fonte: INE.I.P., Recenseamentos da População.

Nota: A informação disponibilizada pelo recenseamento de 1970 não permite quantificar o número de indivíduos que completaram o equivalente ao 3º ciclo do ensino básico.

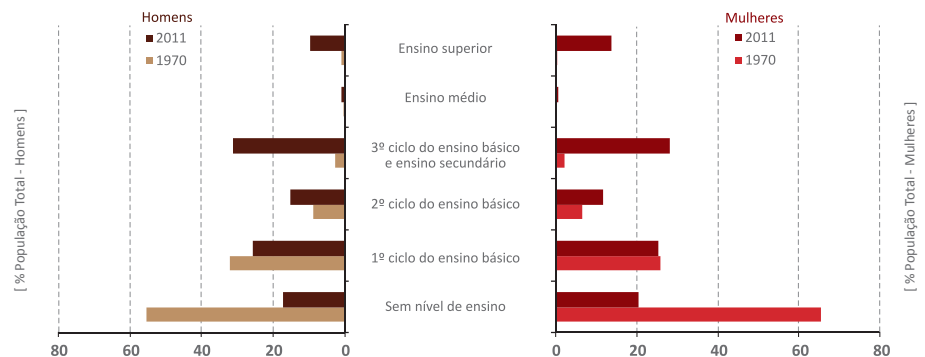


O número de indivíduos residentes sem qualquer nível de ensino reduziu-se significativamente entre 1970-2011 de 5,2 milhões para 2,4 milhões do total de indivíduos. Esta redução foi de 61,8% para ambos os sexos. Nos restantes níveis de habilitações verificou-se um acréscimo nos 41 anos em análise. No nível do 1º ciclo do ensino básico registou-se um ligeiro decréscimo no número de indivíduos do sexo masculino (-1,6%) e um aumento para o sexo feminino (20,1%). No que respeita ao 2º ciclo do ensino básico o aumento verificado foi mais do que o dobro entre 1970 e 2011 e semelhante para ambos os sexos. No 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, tomados em conjunto, verificou-se o maior aumento em termos absolutos no total de 2,9 milhões de indivíduos.

Nos restantes níveis de ensino o aumento nas mulheres foi muito superior ao dos homens, e tanto maior quanto mais avançado é o nível de ensino. Em termos relativos, o maior aumento registou-se no ensino superior, que em 1970 contava apenas com cerca de 49 mil indivíduos e em 2011 já incluía aproximadamente 1,3 milhões de indivíduos.

Gráfico 5.3

## Qualificação académica da população residente, segundo o sexo



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Nota: A informação disponibilizada pelo recenseamento de 1970 não permite quantificar o número de indivíduos que completaram o equivalente ao 3º ciclo do ensino básico.



CAPÍTULO 6 | EMPREGO e SALÁRIOS



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS



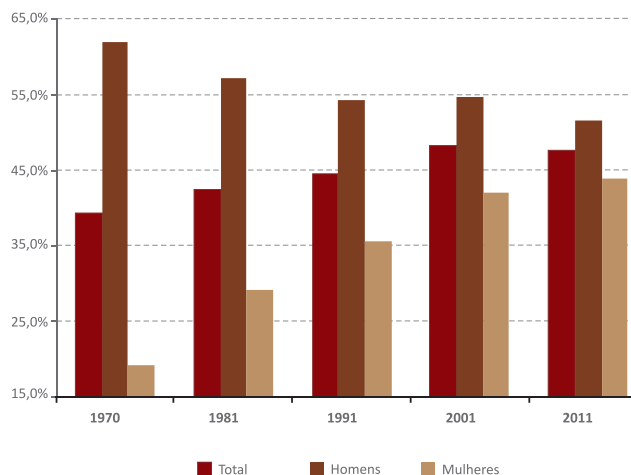
## EMPREGO e SALÁRIOS

A taxa de atividade dos homens e das mulheres tem vindo a convergir. A taxa de atividade das mulheres que registou 19% em 1970 aumentou progressivamente até 43,9% em 2011. Ao contrário, a taxa de atividade dos homens que em 1970 atingia os 62,1% tem vindo a decrescer, exceto durante os anos 90, em que se registou um ligeiro acréscimo de 0,5 p.p. relativamente à década anterior, alcançando 51,6% em 2011. De salientar que na década entre 2001 e 2011 a taxa de atividade total decresceu 0,6 p.p., contrariando a tendência de subida conhecida desde 1970.

A evolução no nível da qualificação académica desde 1981 foi substancial para ambos os sexos. Em 1981 quase um quarto da população ativa não tinha qualquer nível de ensino (23,2%) e apenas 3,4% tinham o nível de ensino superior. Até 2011 assistiu-se à inversão destes resultados e apenas 1,2% da população ativa não concluiu qualquer nível de ensino em contraposição de 24,3% com nível de ensino superior. O 1º ciclo do ensino básico era em 1981 o nível de ensino com maior número de indivíduos (47,4%) situação que em 2011 se alterou sendo o ensino secundário o nível de ensino com maior primazia (24,4%).

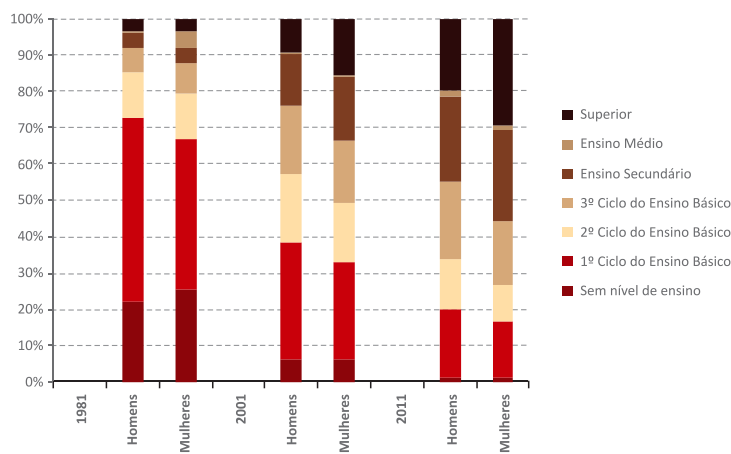
Comparando a distribuição dos homens e das mulheres pelos diferentes graus de ensino entre 1981 e 2011, a principal diferença reside na proporção mais elevada de mulheres no ensino superior e inversamente nas menores proporções nos mais baixos níveis e ensino.

Gráfico 6.1  
Taxas de Atividade, por sexo



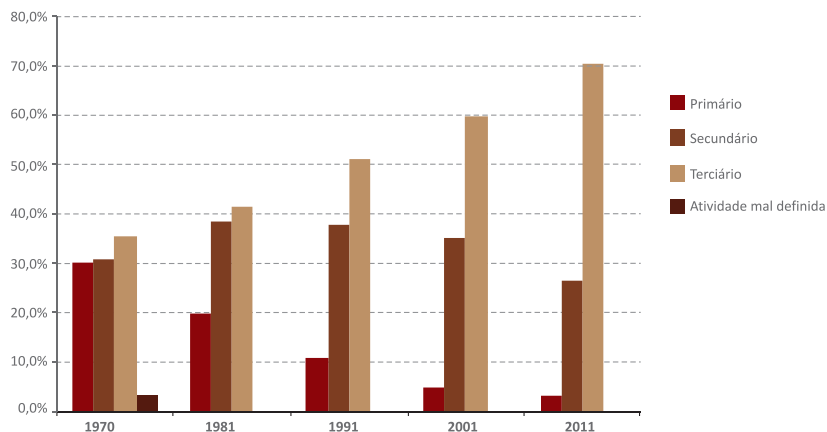
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Gráfico 6.2  
População Ativa por Nível de Qualificação Académica, por sexo



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

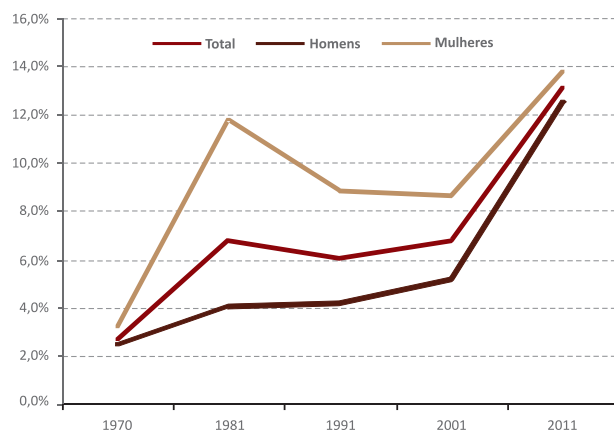
Gráfico 6.3  
População Empregada segundo o Setor de  
Atividade Económica



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Nos 42 anos em análise assiste-se a uma clara tendência para um forte acréscimo da população empregada no setor terciário em detrimento do setor primário. Neste período o setor terciário duplicou o seu peso que registou 35,6% em 1970 e 70,5% em 2011. Já o setor primário caiu drasticamente de 30,3 % em 1970 para 3,1% em 2011. No setor secundário verificou-se algum acréscimo nos anos 70 tendo gradualmente diminuído o seu peso nos anos que se seguiram contando em 2011 com 26,5% da população ativa.

Gráfico 6.4  
Taxa de desemprego, por sexo

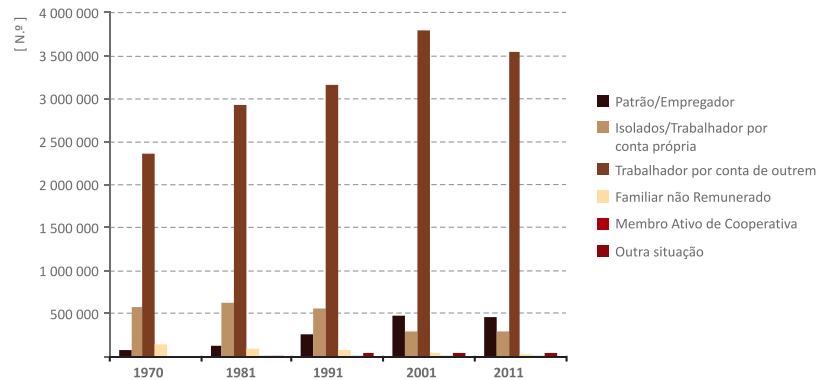


Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

A taxa de desemprego agravou-se significativamente na década de 70, e com maior intensidade para as mulheres, produzindo-se um hiato de 7,7 p.p. entre as taxas de desemprego feminina e masculina. Em 1970 a taxa de desemprego total registou 2,7%, tendo aumentado para 6,8% em 1981. Na década seguinte registou um ligeiro decréscimo de 0,7%, regressou aos 6,8% novamente em 2001, para aumentar em seguida até 13,2% em 2011. A taxa de desemprego feminina foi ao longo de toda a série superior à taxa de desemprego masculina, embora após o distanciamento máximo de 1981 tenha ocorrido uma aproximação entre as taxas, sendo o diferencial apenas 1,3 p.p. em 2011.

Desde o início da série que os trabalhadores por conta de outrem registam o maior peso no total dos trabalhadores no que respeita à situação profissional. Esta situação conheceu um moderado acréscimo até 2001 altura em que conheceu uma inflexão registando um ligeiro decréscimo. O número de patrões/empregadores conheceu um ligeiro decréscimo em 2011 embora, face ao decréscimo do número total de empregados, tenha aumentado o seu peso. O número de trabalhadores por conta própria registou desde 1970 um decréscimo ainda que pelo mesmo efeito da diminuição da base o seu peso tenha registado um pequeno acréscimo em 2011. Em valores e peso diminutos e cada vez mais reduzidos estão os trabalhadores familiares não remunerados e membros ativos de cooperativas.

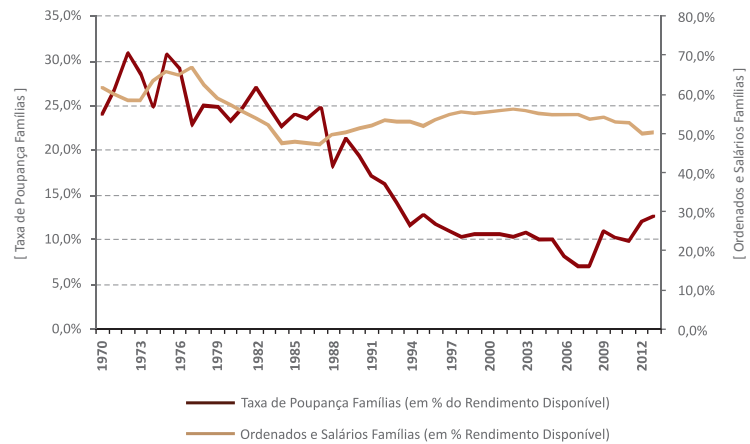
Gráfico 6.5  
População Empregada segundo a Situação na Profissão



Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População.

Desde 1970 e até 1988 a taxa de poupança das famílias e o peso dos ordenados e salários das famílias no rendimento disponível evoluiu sensivelmente no mesmo sentido. A partir desse ano verificou-se um afastamento, resultante quer do crescimento do peso dos ordenados e salários das famílias no rendimento disponível, embora este tenha retrocedido a partir de 2002 para o patamar anterior, quer da drástica redução da taxa de poupança. O movimento da taxa de poupança foi assim mais amplo, reduzindo-se de cerca de 20,0% em 1988-89 para aproximadamente 12,0% em 2012, após um mínimo de 7,0% em 2007.

Gráfico 6.6  
Remunerações do Trabalho e Poupança Bruta das Famílias



Fonte: Banco de Portugal; INE, I.P., Contas Nacionais.

Nota: Os dados das Contas Nacionais de 2011 são provisórios. Os dados de 2012 e 2013 são preliminares.





CAPÍTULO 7 | CONDIÇÕES de VIDA



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS



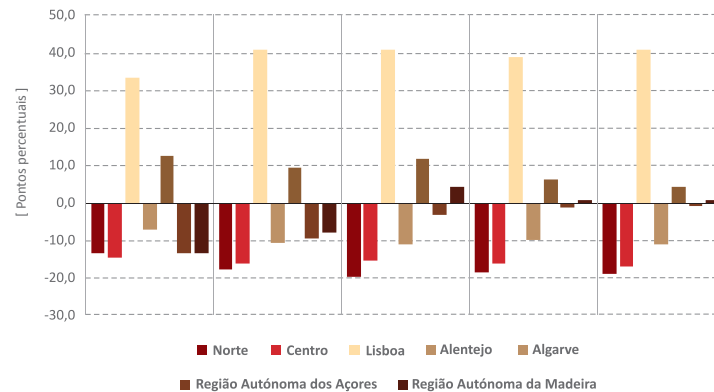
## CONDIÇÕES de VIDA

Nas últimas décadas, tem-se assistido em Portugal a uma melhoria das condições de vida das famílias portuguesas, embora seja conhecida a existência de disparidades quer internas, quer face aos restantes países europeus.

As diferenças de cada região face à média nacional, em termos do rendimento per capita gerado em cada região apresentam-se no Gráfico 7.1. É visível que apenas em Lisboa e no Algarve o rendimento gerado per capita foi sistematicamente superior à média nacional. Adicionalmente, note-se que a Região Autónoma da Madeira também apresenta a partir de 2003 valores superiores à média, embora em diminuição nos três últimos anos.

Gráfico 7.1

Disparidades Regionais do Rendimento Primário Bruto per capita das famílias



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais e Estimativas da População Residente.

Quadro 7.1  
Taxa de pobreza na União Europeia

	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	%												
UE (27 países)	x	x	x	x	x	x	16,4	16,5	16,5	16,5	16,4	16,4	16,9
UE (15 países)	16	15	x	15	17	15,7	16,0	16,0	16,3	16,2	16,3	16,7	16,8
Bélgica	15	13	x	15,4	14,3	14,8	14,7	15,2	14,7	14,6	14,6	15,3	14,8
Bulgária	x	16	14	14	15	14	18,4	22,0	21,4	21,8	20,7	22,2	21,2
República Checa	x	8	x	x	x	10,4	9,9	9,6	9,0	8,6	9,0	9,8	9,6
Dinamarca	x	10	x	11,7	10,9	11,8	11,7	11,7	11,8	13,1	13,3	13,0	13,1
Alemanha	14	11	x	x	x	12,2	12,5	12,5	15,2	15,5	15,6	15,8	16,1
Estónia	x	18	18	18	20,2	18,3	18,3	19,4	19,5	19,7	15,8	17,5	17,5
Irlanda	19	21	x	20,5	20,9	19,7	18,5	17,2	15,5	15,0	15,2	15,2	x
Grécia	21	20	x	20,7	19,9	19,6	20,5	20,3	20,1	19,7	20,1	21,4	23,1
Espanha	18	19	19	19	20,1	20,1	20,3	19,7	20,8	20,1	21,4	22,2	22,2
França	15	13	12	12	13,5	13,0	13,2	13,1	12,5	12,9	13,3	14,0	14,1
Croácia	x	x	x	18	18	18	17	18	17,3	17,9	20,5	21,3	20,5
Itália	20	19	x	x	19,1	18,9	19,6	19,8	18,7	18,4	18,2	19,6	19,4
Chipre	x	x	x	15	x	16,1	15,6	15,5	15,9	15,8	15,6	14,8	14,7
Letónia	x	x	x	x	x	19,4	23,5	21,2	25,9	26,4	20,9	19,0	19,2
Lituânia	x	17	x	x	x	20,5	20,0	19,1	20,0	20,6	20,2	19,2	18,6
Luxemburgo	11	12	x	11,9	12,7	13,7	14,1	13,5	13,4	14,9	14,5	13,6	15,1
Hungria	x	11	10	12	x	13,5	15,9	12,3	12,4	12,4	12,3	13,8	14,0
Malta	x	x	x	x	x	14,3	14,2	15,1	15,3	14,9	15,5	15,6	15,1
Países Baixos	12	11	11	12	x	10,7	9,7	10,2	10,5	11,1	10,3	11,0	10,1
Áustria	14	12	x	13,2	12,8	12,3	12,6	12,0	12,4	12,0	12,1	12,6	14,4
Polónia	x	16	x	x	x	20,5	19,1	17,3	16,9	17,1	17,6	17,7	17,1
<b>Portugal</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>20,4</b>	<b>19,4</b>	<b>18,5</b>	<b>18,1</b>	<b>18,5</b>	<b>17,9</b>	<b>17,9</b>	<b>18,0</b>	<b>17,9</b>
Roménia	x	17	18	17	18	x	x	24,8	23,4	22,4	21,1	22,2	22,6
Eslovénia	x	11	10	10	x	12,2	11,6	11,5	12,3	11,3	12,7	13,6	13,5
Eslováquia	x	x	x	x	x	13,3	11,6	10,6	10,9	11,0	12,0	13,0	13,2
Finlândia	8	11	11	11	11,0	11,7	12,6	13,0	13,6	13,8	13,1	13,7	13,2
Suécia	x	9	11	x	11,3	9,5	12,3	10,5	12,2	13,3	12,9	14,0	14,1
Reino Unido	18	18	18	18	x	19,0	19,0	18,6	18,7	17,3	17,1	16,2	16,2

Fonte: Eurostat.

Notas: A taxa de pobreza apresentada corresponde à proporção de indivíduos com rendimento disponível abaixo do limiar de pobreza que é definido nos 60% do rendimento disponível mediano nacional (após transferências sociais).

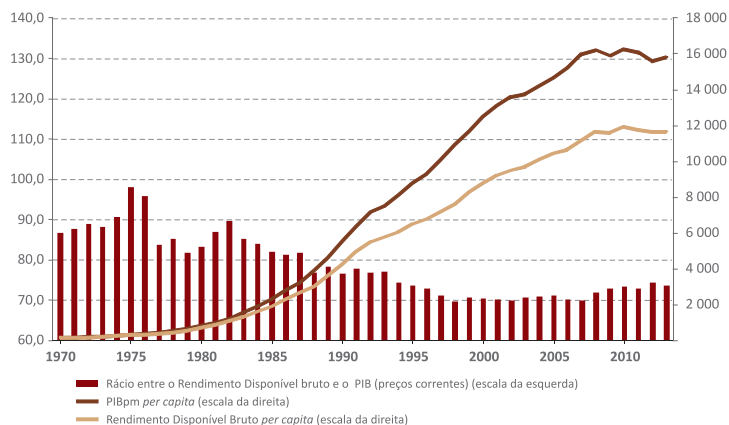
As disparidades face aos restantes países da UE diminuiram, quando avaliadas através do indicador que mede o risco da pobreza (proporção da famílias com rendimento inferior a 60% da mediana), após as transferências sociais. Em 2000 a diferença face à média europeia era de 5 p.p. e de 1,1, p.p. em 2011. Esta atenuação resultou quer de um ligeiro aumento deste indicador na UE, quer de uma diminuição em Portugal. Com efeito, em 2000, o indicador em Portugal tomara o valor de 20,0%, tendo diminuído em 2011 para 17,9%, notando-se, porém, um aumento em 2012, para 18,7%.

Apesar de o rendimento disponível bruto per capita ter aumentado, a sua importância relativamente ao PIB per capita não progrediu. Com efeito, o rácio entre estas duas variáveis depois de ter aumentado, entre 1970 e 1975, atingindo 98,1% nesse último ano, apresentou uma tendência descendente até 1998, com uma interrupção entre 1980 e 1982. Em seguida manteve-se relativamente estabilizado em torno de 70,0% até 2008, tendo então aumentado de novo para um ponto máximo de 74,4% em 2012, após o que diminuiu 0,8 p.p..

Em proporção do PIB, o consumo (em volume) das famílias aumentou significativamente entre 1970 e 2013. O rácio entre as duas variáveis apresenta comportamentos distintos ao longo deste período longo. Entre 1970 e 1986, este rácio manteve-se relativamente estabilizado em torno de 65,0%, com cavas correspondendo a situações críticas da economia portuguesa (1972, 1979, 1985). A partir de 1987 verificou-se uma tendência de aumento até 1993, tendo o rácio atingido o valor de 75,3% nesse ano. Até ao final da década, estabilizou um pouco abaixo deste valor, para progredir em seguida até 78,9% em 2010. Desse ano até 2013 registou-se uma redução para 75,4%.

Gráfico 7.2

Rendimento Disponível Bruto e PIB (valores per capita, preços correntes)

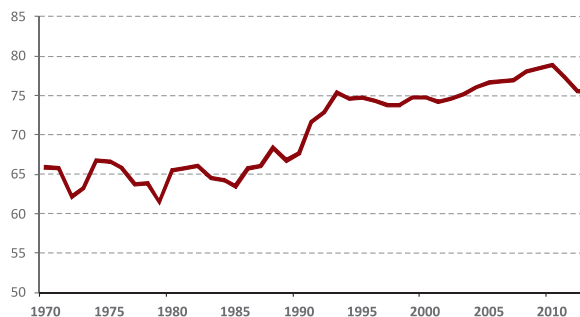


Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas. INE, I.P., Contas Nacionais.

Notas: Os dados das Contas Nacionais de 2011 são provisórios. Os dados de 2012 e 2013 são preliminares. A população subjacente aos cálculos é a da base 2006 das Contas Nacionais.

Gráfico 7.3

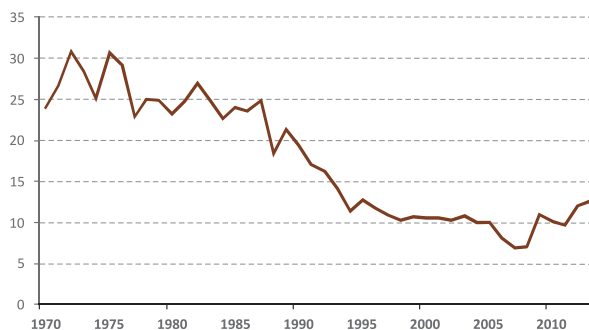
Consumo das famílias (em volume) em % do PIB



Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas. INE, I.P., Contas Nacionais.

Gráfico 7.4

Taxa de poupança das famílias (em % do rendimento disponível bruto)



Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas. INE, I.P., Contas Nacionais.

A taxa de poupança das famílias manteve-se relativamente estabilizada em torno de 25,0% entre 1970 e meados da década de 80, descontando erupções ocorridas em 1972-1973, e 1975-1976, anos em que oscilou em torno de 30,0%. A partir de 1987 observou-se uma tendência descendente até ao valor de 10,3%, entre 1998 e 2005. A redução da poupança ainda se acentuou entre 2006 e 2008, após o que voltou a aumentar para o patamar anterior, registando-se ainda novos aumentos em 2012 e em 2013.

Quadro 7.2

Despesas médias anuais dos agregados por classes

	1973/74	1980/81	1989	1995	2000	2005/2006	2010/2011
	%						
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	44,8	40,6	34,3	23,8	21,5	17,8	15,1
Transportes e Comunicações	7,4	13,5	15,7	17,6	18,3	15,9	17,8
Habituação; despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis	13,6	9,2	13,6	20,6	19,8	26,6	29,2
Vestuário e calçado	8,8	10,1	9,2	6,3	6,6	4,1	3,7
Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	5,9	8,7	7,4	6,7	7,2	4,8	4,2
Outros bens e serviços	19,6	17,9	19,7	25,0	26,6	30,8	29,9

Fonte: INE I.P., Inquérito aos Orçamentos Familiares (1989, 1995 e 2000); Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (1973/74 e 1980/81); IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias, 2005/2006 e 2010/2011.

Relativamente à estrutura das despesas dos agregados familiares, verificaram-se alterações muito significativas entre 1973/74 e 2010/11. A mudança mais visível é a diminuição da classe das despesas em produtos alimentares, bebidas e tabaco, que passou de 44,8% para 15,1%, em contínua diminuição entre o início e o final do período. Também o grupo do vestuário e calçado diminuiu, de 8,8% para 3,7%, e o mesmo aconteceu com o agrupamento de despesas em móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação, embora com menos intensidade e com aumentos intermédios relevantes.

Em contrapartida, registaram-se aumentos em grupos onde os serviços são preponderantes. Destacam-se o grupo de “Habitação; despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis”, que aumentou 15,6 p.p., para 29,2% do total da despesa, e ainda se inclui o grupo de transportes e comunicações, onde terá havido uma contribuição significativa da aquisição de automóveis, aumentando para 29,2% (mais de 10,0 p.p.), e o grupo de “outros bens e serviços”, pesando 29,9% em 2010/11 (e com uma variação também superior a 10,0 pp).

Relativamente ao grau de disponibilidade de equipamentos domésticos, verifica-se uma nítida tendência para a disponibilidade plena de alguns equipamentos, a par de processos de substituição por outros mais recentes, quando comparando 1987 com 2010/2011.

Quadro 7.3

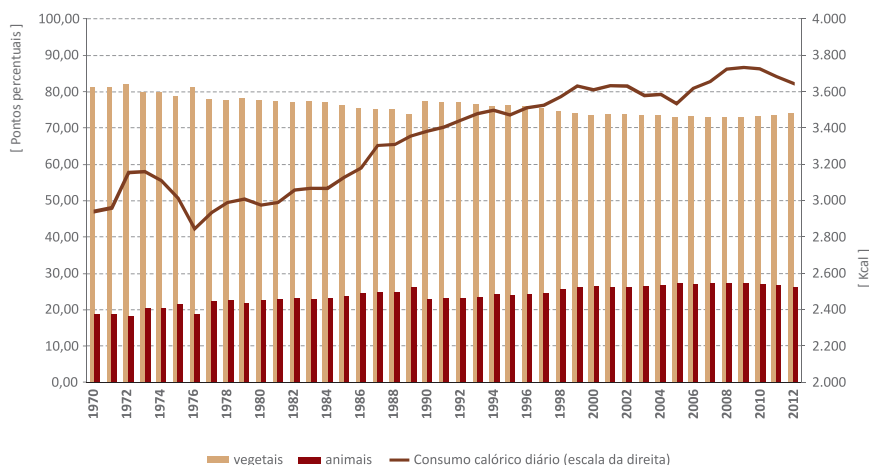
## Disponibilidade de equipamentos nos agregados familiares

	1987	1989/90	1995	2000	2005/2006	2010/2011
	%					
Antena parabólica	x	x	8	11	x	x
Arca congeladora	27	36	54	54	63	54
Automóvel	36	36	52	60	x	71
Computador pessoal	3	5	10	21	44	57
Fogão	97	98	99	99	100	100
Frigorífico	86	87	95	97	99	100
Leitor de CD	x	x	18	38	53	43
Máquina de costura	40	47	48	43	42	x
Máquina de lavar loiça	6	6	13	17	35	41
Máquina de lavar roupa	44	50	73	82	89	93
Micro-ondas	x	x	12	33	70	83
Rádio	72	81	90	85	90	64
Telefone	33	41	72	76	69	68
Telemóvel	x	x	2	47	81	88
Televisão						
preto e branco	83	49	x	x	x	x
cores	x	48	96	98	99	99
TV por cabo	x	x	x	19	42	52
Vídeogravador	x	16	41	50	48	x

Fonte: INE I.P., Inquérito aos Orçamentos Familiares (1989/90, 1995 e 2000), Indicadores de Conforto (1987), IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias, 2005/2006 e 2010/2011.

Nota: os valores para 1987 e 1989/90 referem-se só ao Continente.

Gráfico 7.5  
Consumo calórico (Kcal) e contributos (%)



Fonte: INE, I.P., Balança Alimentar.

Na primeira tendência, os casos mais evidentes dizem respeito a equipamentos básicos, como o fogão, o frigorífico, mas também a máquina de lavar roupa e a televisão, que estavam disponíveis para 100,0% dos agregados familiares (apenas com a exceção da máquina de lavar roupa, disponível para 93,0% das famílias, mas em evidente progressão durante o período em análise). Acresce ainda o aumento na proporção de famílias possuindo automóvel, que passou de 36,0% para 71,0%, bem como a respeitante à posse de computador pessoal, de 3,0% para 57,0%. Note-se também o rápido aumento do grau de disponibilidade do micro-ondas, cuja proporção passou de 12,0% em 1995 para 83,0% em 2010/2011, e o aumento mais lento da proporção respeitante à máquina de lavar a loiça. Na segunda tendência, de perda de importância relativa, e para além do caso da televisão a preto e branco, consideram-se os casos da máquina de costura, do videogravador, da rádio, mas também do telefone. Neste último caso, verifica-se uma perda de importância relativa partir de 2000, em favor do telemóvel, também em progressão rápida, disponível para 83,0% das famílias em 2010/11. Há ainda alguns casos de tendência incerta, designadamente, o que se refere à difusão da arca congeladora e do leitor de CD, cujas proporções diminuíram em 2010/2011, contrariando as anteriores progressões.

Quanto aos hábitos alimentares, verificou-se no período de 1970 a 2012 um aumento do consumo diário de calorias. Entre estes dois anos, o aumento foi de 23,9%, a que correspondeu uma taxa média de crescimento anual de cerca de 0,5%. O ponto mais elevado verificou-se em 2009, tendo ocorrido uma diminuição nos três anos seguintes.

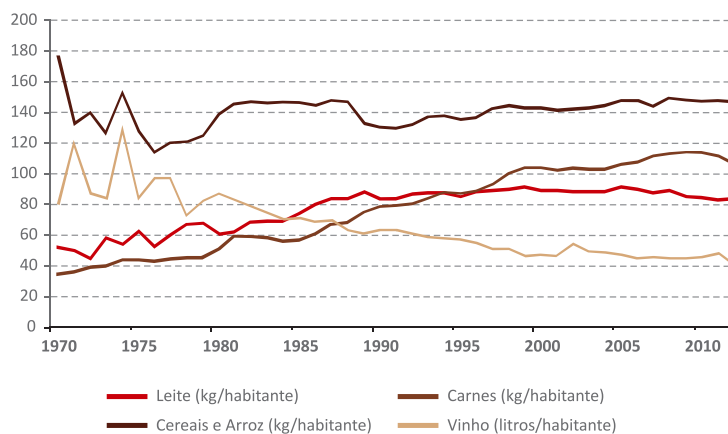
Os produtos vegetais têm constituído o principal contributo para este consumo, embora tenha sido perceptível uma tendência descendente da sua importância em favor dos produtos animais, contrariada nos três anos mais recentes (pesavam 81,3% em 1970 e 73,0% em 2009, tendo aumentado para 74,1% em 2012).



Os consumos de cereais e arroz por habitante mantiveram-se relativamente estabilizados a partir dos inícios da década de 80, verificando-se uma tendência descendente no consumo de vinho ao longo do período mais longo, de 1970 a 2012. Inversamente, o consumo de carne apresentou um claro crescimento até 2010 (taxa média de crescimento anual de 3,1%), com alguns patamares intermédios, como em 1982-85 e em 2000-2004. Nos anos mais recentes, também se registou uma diminuição. O consumo de leite aumentou até ao final da década de 90, embora a um ritmo cada vez menor, tendo diminuído desde então.

Gráfico 7.6

## Capitação anual de alguns produtos alimentares



Fonte: INE, I.P., Balança Alimentar.



CAPÍTULO 8 | SAÚDE



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS



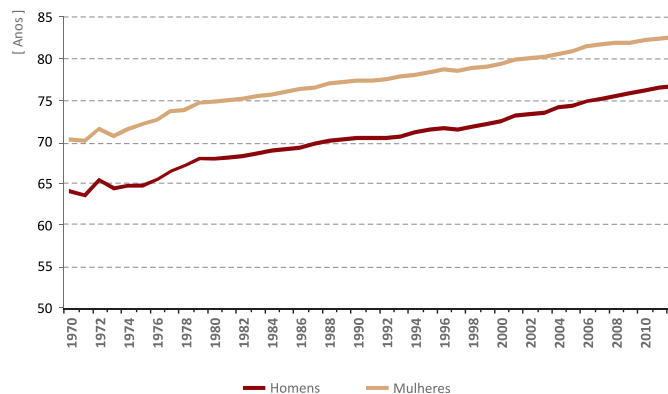
## SAÚDE

A análise dos indicadores aponta para melhorias sensíveis no bem-estar, no que à saúde diz respeito, entre a década de 70 e a década de 2000. Os casos mais evidentes referem-se à taxa de mortalidade e à esperança de vida à nascença. Os indicadores disponíveis sobre o sistema de saúde revelam evoluções diferenciadas, consoante se considera o número de estabelecimentos ou o número de profissionais de saúde.

No que se refere à esperança de vida, esta passou de 64 anos para os homens e de 70,3 anos para as mulheres, em 1970, para 76,7 anos e 82,6 anos, para homens e mulheres, respetivamente, em 2012. Tal representa um aumento de quase 20,0% para os homens e de cerca de 18,0% para as mulheres. Em ambos os casos o crescimento foi praticamente contínuo, a taxas médias anuais de cerca de 0,43% e de 0,39% para os homens e para as mulheres, respetivamente.

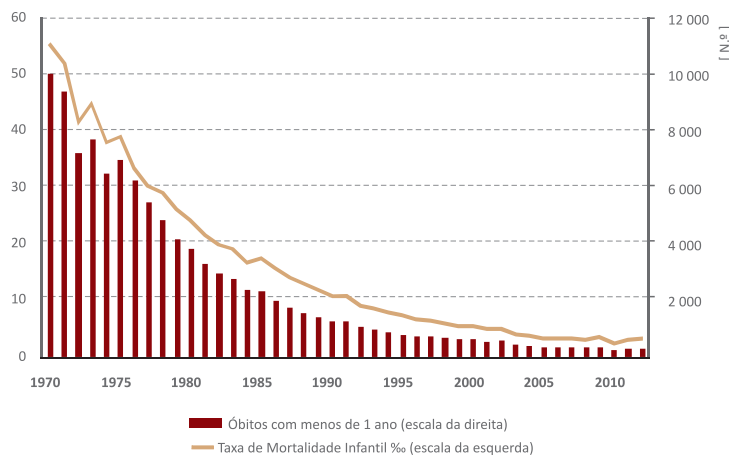
Outro indicador que permite analisar a evolução das condições de saúde das populações é a taxa de mortalidade infantil. Nos quarenta anos posteriores a 1970 a trajetória deste indicador foi claramente favorável. De facto, por cada mil crianças nascidas em Portugal no início da década de 70, perto de 55 não completavam o primeiro ano de vida. Em 2012, por cada mil nascimentos apenas entre 2 e 3 não sobreviviam ao primeiro ano de vida. Esse valor representou o mínimo alcançado até ao momento. Nos dois anos subsequentes registou-se um aumento deste indicador, tendo sido superior a 3 o valor de 2012. A par desta diminuição acentuada da taxa de mortalidade infantil, também o número de fetos-mortos foi decrescendo, passando de cerca de 3,8 mil, no início da década de 70, para 327 em 2012.

Gráfico 8.1  
Esperança de vida à nascença



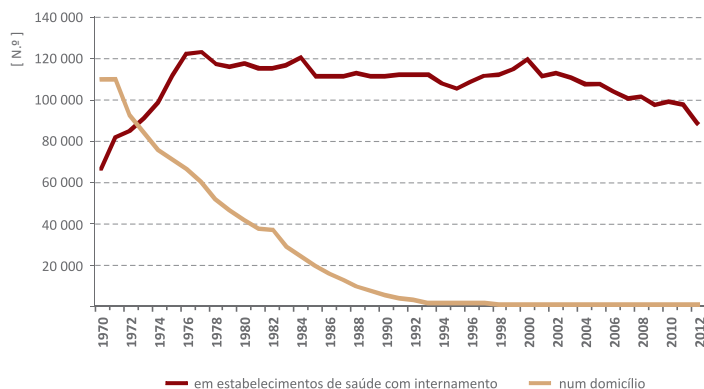
Fonte: INE, I.P., Estimativas da População Residente.

Gráfico 8.2  
Taxa de mortalidade infantil e óbitos com menos de um ano



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde.

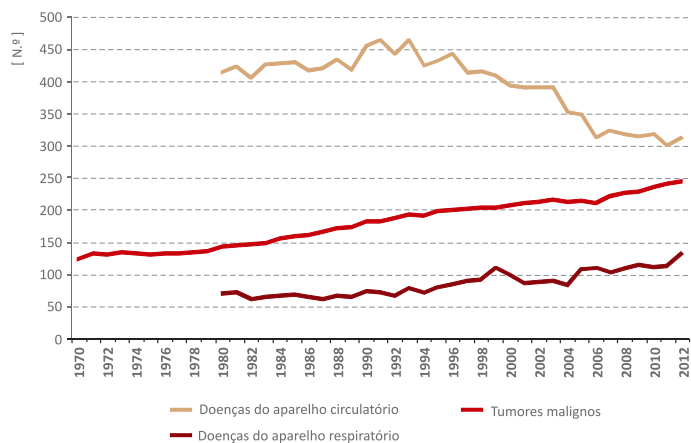
Gráfico 8.3  
Número de partos por local e tipo de assistência



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde.

O crescimento do número de partos assistidos terá dado uma contribuição assinalável para a evolução da taxa de mortalidade infantil. Em 1970, cerca de 62,0% dos partos eram realizados num domicílio, mas em 1980 esta proporção já era de 26,0%, tendo continuado a decair, situando-se atualmente num valor residual.

Gráfico 8.4  
Óbitos segundo as principais causas de morte por 100 mil habitantes



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde.

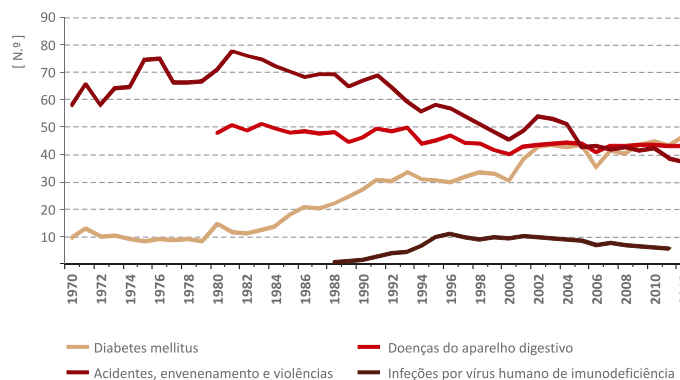
As três principais causas de morte registaram evoluções diferenciadas entre 1980 e 2010. Considerando estas causas por ordem decrescente de importância, as doenças de aparelho circulatório representavam em 1980 quase 43,0% das causas de morte, tendo esta proporção apresentado uma trajetória descendente, para alcançar o valor de um pouco menos de 32,0% em 2010. Nos anos mais recentes a tendência manteve-se, situando-se esta proporção em 30,4% em 2012. Trajetória contrária manifestou-se no caso dos tumores malignos. Em 1980 15,0% das mortes foram atribuídas a esta causa, mas em 2012 a mesma já representava 23,9% do total. A evolução das causas provocadas por doenças de aparelho respiratório foi também de aumento, embora menos pronunciado, sendo a proporção de 12,9% em 2012, o que compara com 6,8% em 1980.

Nas outras causas de doença menos relevantes, destaca-se ainda a diabetes *mellitus*, que para o horizonte de 1980 a 2012 foi a que revelou maior desenvolvimento, tal que o seu peso se deslocou de 1,5% para 4,5%.

Os indicadores disponíveis sobre os recursos do sistema de saúde apontam para uma diminuição da capacidade instalada, medida pelo número de estabelecimentos e pelas camas disponibilizadas, a par de um aumento dos recursos humanos.

A redução mais acentuada do número de hospitais verificou-se na década de 80, tendo-se atenuado o ritmo de diminuição nas décadas seguintes. Assim, de um total de 548 hospitais em 1975 passou-se para 207 em 2012. Os centros de saúde registaram uma evolução contrária, tendo o seu número aumentado à taxa média de 1,7% entre 1975 e 2012. Os crescimentos foram mais fortes no quinquénio de 75-80 e na década de 90, sendo muito ténues nas décadas seguintes. Note-se que a este aumento do número de centros correspondeu uma drástica redução do número de camas, o que tem implícita uma alteração da natureza deste tipo de estabelecimentos.

Gráfico 8.5  
Óbitos segundo as principais causas de morte por 100 mil habitantes



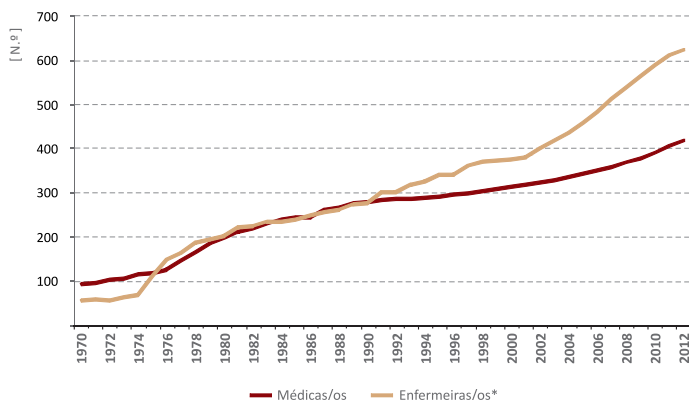
Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde.

Quadro 8.1  
Estabelecimentos de saúde

Anos	Hospitais		Centros de Saúde		Anos	Hospitais		Centros de Saúde	
	Nº	Camas	Nº	Camas		Nº	Camas	Nº	Camas
1975	548	52 268	206	x	1998	215	38 221	388	1 715
1980	493	51 524	265	x	1999	218	38 262	390	1 548
1985	232	39 291	355	5 119	2000	219	38 165	393	1 418
1986	227	39 214	363	5 252	2001	217	37 809	392	1 279
1987	229	39 872	366	4 759	2002	213	37 162	391	1 217
1988	226	39 778	371	4 467	2003	204	37 459	393	1 161
1989	239	40 071	382	3 643	2004	209	37 628	377	1 102
1990	240	39 690	382	3 230	2005	204	37 372	379	996
1991	237	39 120	384	2 949	2006	200	36 605	378	893
1992	215	39 142	384	2 672	2007	198	36 220	377	675
1993	207	38 654	383	2 382	2008	189	35 803	377	583
1994	202	38 450	388	2 212	2009	186	35 635	375	484
1995	200	38 471	383	2 077	2010	229	35 646	376	385
1996	211	39 212	382	1 902	2011	226	35 601	388	331
1997	215	38 818	386	1 918	2012	207	x	387	310

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde.

Gráfico 8.6  
Profissionais de saúde por 100 mil habitantes

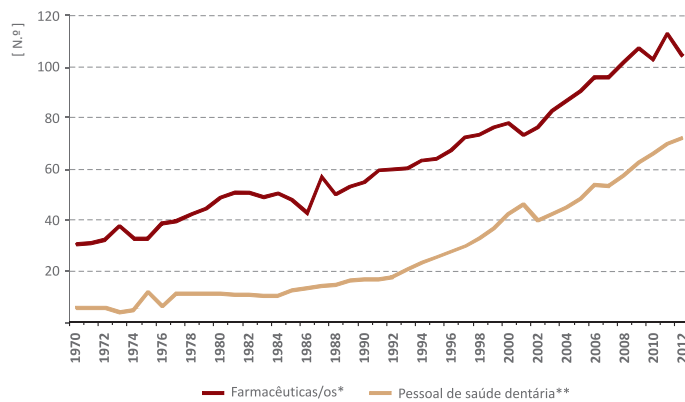


Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde.

Nota: Pessoal inscrito na Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos, Ordem dos Enfermeiros, associações e sindicatos respetivos.

\* Até 1998, inclusive, o número de enfermeiras/os refere-se aos que prestam serviço nos hospitais e ou centros de saúde. A partir de 1999, inclusive, apresentam-se os dados provenientes da Ordem dos Enfermeiros, entretanto criada.

Gráfico 8.7  
Profissionais de saúde por 100 mil habitantes



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde.

Nota: Pessoal inscrito na Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos, Ordem dos Enfermeiros, associações e sindicatos respetivos.

\* Este total de farmacêuticas/os não contempla as/os farmacêuticas/os que, embora inscritos na Ordem dos Farmacêuticos, não indicaram a área e o local de atividade.

\*\* Até 1984 o pessoal de saúde dentária contempla apenas odontologistas e estomatologistas. A partir de 1985 incluíram-se neste rubrica os médicos dentistas.

Pelo contrário, registou-se um forte aumento do número de profissionais de saúde, manifestando-se esta tendência em todas as categorias profissionais. O número de médica/os por habitante mais do que quintuplicou entre 1970 e 2012, tendo crescido ao ritmo médio de 3,6% ao ano. O aumento do número de enfermeira/o por habitante foi ainda mais intenso, tendo sido multiplicado por um fator próximo de 11 entre os mesmos anos.

Outras categorias com um peso menor no total dos profissionais de saúde, como as/os agentes de saúde dentária e farmacêuticas/os, revelaram também crescimentos bastante intensos, em especial no primeiro caso referido.



CAPÍTULO 9 | PROTEÇÃO SOCIAL



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS



## PROTEÇÃO SOCIAL

Em 2011 o valor da despesa em proteção social foi de cerca de 48,5 mil milhões de euros, o que representou 27,2% do PIB. Apesar das ténues diminuições ocorridas nesta proporção em 2011 e em 2010, a tendência tem sido ascendente. Em 2000 o seu valor fora de 21,8% e em 1990 situara-se em 16,8%. As prestações sociais representaram a parte mais importante das despesas, tendo representado 91,6% em 2011, um valor um pouco menos do que o máximo de 92,6% alcançado em 2008. As receitas também manifestaram evoluções semelhantes, isto é, a sua proporção relativamente ao PIB revelou uma tendência positiva que se atenuou ligeiramente nos anos mais recentes. Em 2011 essa proporção foi de 28,4%, o que compara com 17,1% referente a 1990.

Quadro 9.1

### Indicadores de Proteção Social

	Unidade	Valor									
		1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas	Milhares de Euros	9 379 414	18 714 232	27 113 032	40 447 967	42 339 367	43 650 569	45 134 367	48 111 500	49 118 899	48 543 405
Despesas	Milhares de Euros	9 179 964	19 156 203	27 794 148	38 813 037	40 481 943	41 549 937	43 027 663	46 451 578	47 595 492	46 619 707
Receitas (em % PIBpm)	%	17,1	21,3	21,3	26,2	26,3	25,8	26,2	28,5	28,4	28,4
Despesas (em % PIBpm)	%	16,8	21,8	21,8	25,2	25,2	24,5	25,0	27,6	27,5	27,2
Despesas (per capita)	Euros	940,7	1 863,3	2 624,5	3 847,8	4 019,8	4 136,2	4 272,9	4 550,2	4 645,8	4 604,6
Prestações sociais (% Despesas)	%	80,8	84,7	85,3	91,0	91,4	92,0	92,6	92,5	92,1	91,6
por grupos de funções (% Prestações)											
Saúde (Invalidez e Doença)	%	50,9	48,0	44,7	40,0	39,1	38,3	37,2	37,0	35,7	33,3
Velhice e Sobrevivência	%	39,2	41,1	44,7	48,0	49,2	50,1	51,5	50,7	51,7	55,2
Família	%	6,4	5,2	5,4	5,2	5,1	5,3	5,5	5,5	5,5	4,9
Desemprego	%	3,1	5,3	3,7	5,8	5,5	5,1	4,5	5,4	5,7	5,5
Habituação	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exclusão social	%	0,3	0,4	1,4	1,0	1,1	1,2	1,2	1,4	1,4	1,2
Despesa dos regimes de Segurança Social (em % das Despesas de Protecção Social)	%	54,6	47,5	46,2	44,1	44,7	44,5	45,0	46,3	47,3	48,4

Fontes: INE, I.P., Inquérito à Proteção Social; Contas Nacionais (SEC 95); Estimativas da população residente.

É visível um certo grau de especialização dos diferentes regimes de proteção social na cobertura de cada tipo de risco, embora tenham ocorrido mudanças significativas nesses padrões. Assim, em 1990 o regime de Segurança Social era particularmente relevante nas funções de velhice e sobrevivência, de proteção à família, de desemprego e de exclusão social; comparando com a situação em 2011, verificaram-se aumentos da sua importância relativa nas duas últimas funções, de 16,0 p.p. e de 5,3 p.p., mas o incremento mais significativo foi na função de habitação, na ordem de quase 61,0 p.p.. Em contrapartida, reduziu-se esta última função nos Outros Regimes, nos quais ainda se registou um aumento da função de saúde. O regime da Função Pública (CGA) não ocupa o papel mais importante em nenhuma função, mas tem um peso relativo mais marcante na velhice e sobrevivência, que se acentuou em 12,1 p.p., entre 1990 e 2011.

Quadro 9.2

## Estrutura dos diferentes regimes de proteção social, cobertura de cada risco

	Segurança Social			CGA			Outros			Segurança Social			CGA			Outros		
	%			%			%			%			%					
	1990			2000			2010			2011								
Saúde (Invalidez e Doença)	26,4	6,9	66,6	17,1	6,9	76,0	12,4	7,0	80,7	13,5	7,7	78,8						
Velhice e Sobrevivência	66,9	17,6	15,5	55,6	32,5	12,0	58,7	32,5	8,9	58,3	32,5	9,3						
Família	64,4	0,3	35,3	61,1	0,5	38,3	67,7	0,2	32,1	64,1	0,1	35,8						
Desemprego	73,6	0,0	26,4	91,2	0,0	8,8	89,2	0,0	10,8	89,6	0,0	10,4						
Habitação	38,7	0,0	61,3	57,2	0,0	42,8	99,3	0,0	0,7	99,4	0,0	0,6						
Exclusão social	80,2	0,0	19,8	92,4	0,0	7,6	88,6	0,0	11,4	85,5	0,0	14,5						

Fontes: INE, I.P., Inquérito à Proteção Social.

Uma análise cronologicamente mais longa das prestações sociais no quadro do regime de Segurança Social permite também identificar mudanças significativas na sua estrutura, relacionadas com as alterações da estrutura populacional e do sistema económico e social. Em 1970, as prestações relacionadas com as funções da família, doença e maternidade representavam mais de 73,0% do total, seguindo-se a invalidez e a velhice, a primeira com cerca de 10,0% e a segunda com um pouco mais de 11,0%. Porém, em 2011, as posições relativas destas funções tinham sofrido drásticas mudanças. As funções familiares, de doença e de maternidade reduziram-se para 4,2% e 4,7%, respetivamente, enquanto a função de velhice tinham aumentado para 59,2% do total, tendo a de invalidez diminuído para 7,5%.

Quadro 9.3

## Prestações da Segurança Social a preços correntes

	1970	1980	1991	2001	2010	2011
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Familiares*	33,5	9,4	7,4	5,6	5,7	4,2
Doença e Maternidade	39,9	10,5	9,4	6,3	4,5	4,7
Desemprego e Apoio ao Emprego	x	5,2	5,2	8,5	11,6	11,0
Invalidez	10,2	20,9	18,6	12,0	7,5	7,5
Velhice	11,1	46,0	48,7	52,6	56,3	59,2
Sobrevivência	1,4	6,8	9,5	11,2	10,6	10,2
Subsídio por morte	1,6	1,3	1,2	1,4	1,1	1,1
Rendimento Mínimo Garantido/ Rendimento Social de Inserção	x	x	x	2,4	2,7	2,2
Outros**	2,2	x	x	0,0	0,0	0,0

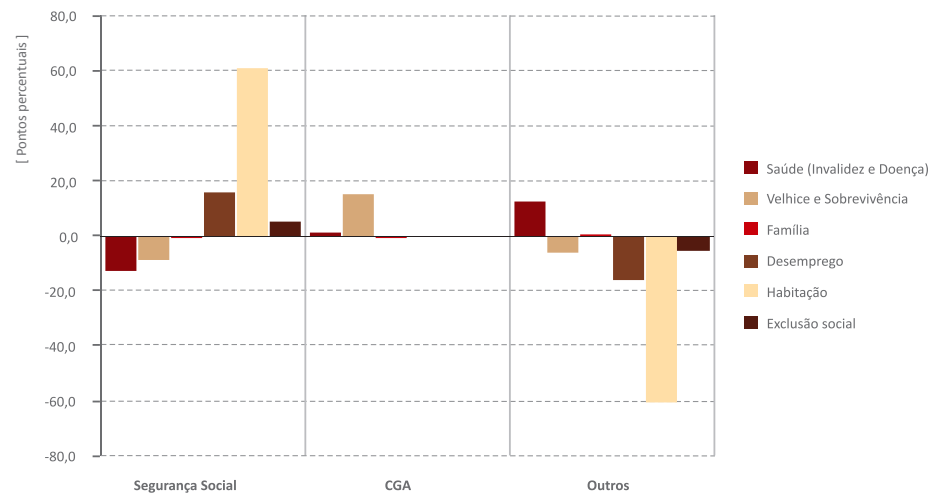
Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Conta da Segurança Social.

\* Inclui abonos de família, subsídios de deficiência, educação especial, vitalício, nascimento, aleitação, casamento.

\*\* Inclui Subsídio de rendas, ação social.

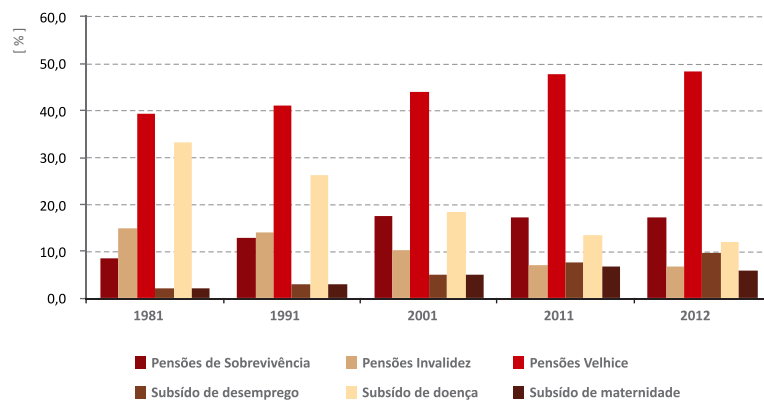
Gráfico 9.1

## Diferenças na estrutura dos diferentes regimes de proteção social, cobertura de cada risco (1990-2011)



Fontes: INE, I.P., Inquérito à Proteção Social.

Gráfico 9.2  
Beneficiários da Segurança Social, por tipo de benefícios



Fontes: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Estas mudanças nas importâncias relativas refletem o ritmo diferenciado a que cresceu o valor das prestações de cada tipo de função. As prestações que apresentaram taxas médias de crescimento anual mais elevadas durante as quatro décadas foram as de velhice (21,7%) e de sobrevivência (22,7%, mas partindo de uma base relativamente pequena), praticamente o dobro dos crescimentos das prestações familiares de doença e de maternidade. As prestações relacionadas com o desemprego e o apoio ao emprego também registaram uma elevada taxa de crescimento em média anual, na ordem de 16,0% (tomando 1980 como ponto de partida).

As evoluções descritas sobre o valor das prestações da Segurança Social, nomeadamente das que se referem à velhice, sobrevivência, por um lado, e famílias, doença e maternidade, por outro, refletem em parte as evoluções populacionais e do sistema social e económico. Tais evoluções podem ser vislumbradas pelo número de beneficiários de cada função. O número de beneficiários de pensões de velhice e de sobrevivência pensionistas cresceu a uma taxa média anual, durante as quatro décadas, de 9,2%, tendo seu número passado de 68 mil, em 1970, para 2,7 milhões em 2012. Por seu turno, os beneficiários do subsídio de desemprego aumentaram entre 1981 e 2012 à taxa média anual de 6,4%. Inversamente, e para o mesmo período, as variações em média anual do número de beneficiários de subsídios de doença e de maternidade (licença parental da mãe) foram de -1,9%, e de -1,2%.

CAPÍTULO 10 | CULTURA



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup> de  
ESTATÍSTICAS





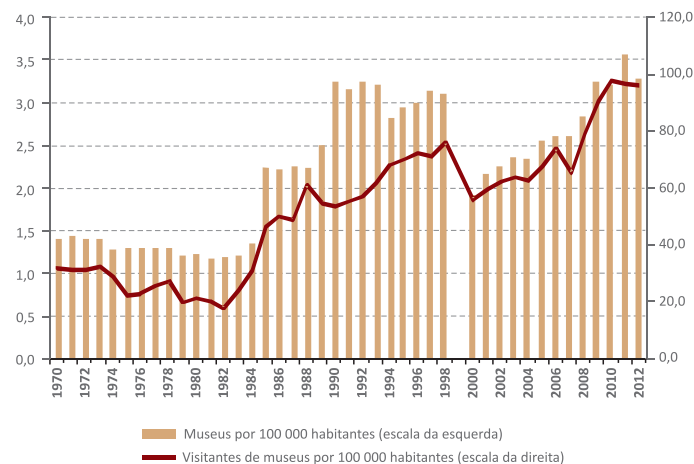
## CULTURA

Os indicadores disponíveis sugerem que entre 1970 e 2012 o acesso à cultura e espetáculos se alargou, tal como a oferta de equipamentos destinados para este fim.

O número de museus entre 1970 e 2012 foi multiplicado por 2,8, a que correspondeu uma taxa média de crescimento anual de 2,5% durante este período, superior ao crescimento da população residente. Em consequência, o número de museus por cada 100 000 residentes aumentou, passando de 1,4 para um pouco mais de 3,3 em 2012. O número de visitantes aumentou também, quer face ao arranque do período, quer relativamente ao número de residentes, tal que em 2012 houve 960 visitantes por cada 1 000 residentes, o que compara com o valor de 317 que se verificara em 1970.

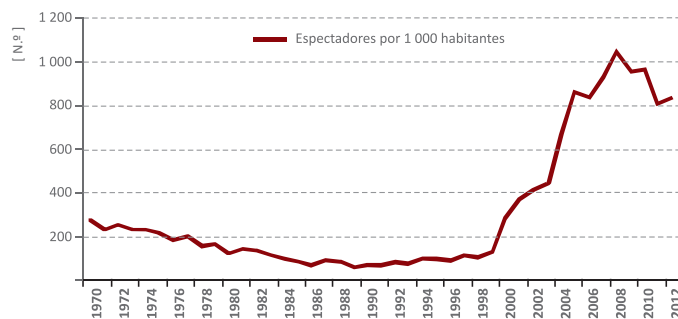
Os espetáculos ao vivo também registaram um número mais elevado de espectadores, seja tomando como comparação o ano de 1970, seja por comparação com a evolução da população de residentes. Por cada 1 000 residentes, no início da década de 70 registaram-se cerca de 270 espectadores. Nas duas décadas seguintes as evoluções foram negativas, à semelhança do que ocorreu com a população residente. Porém, durante a primeira metade década de 90 ocorreu uma inversão da tendência e a partir do final da década registou-se um fortíssimo crescimento dos espectadores de espetáculos ao vivo.

Gráfico 10.1  
Museus e visitantes



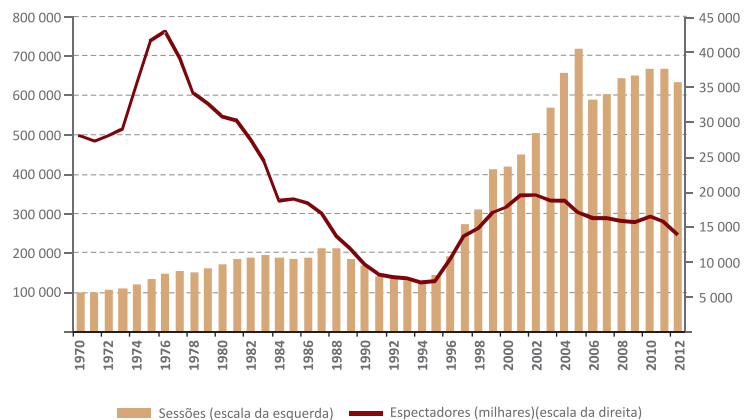
Fonte: INE, I.P., Estatísticas da cultura

Gráfico 10.2  
Espectadores de espetáculos ao vivo



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da cultura

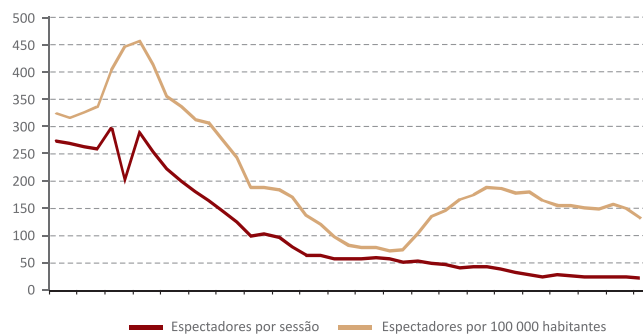
Gráfico 10.3.  
Sessões e espectadores de cinema



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da cultura

No caso do cinema, aumentou fortemente o número de sessões a partir da segunda metade da década de 90, o que se traduziu por um valor em 2012 mais do que 6 vezes superior ao de 1970. Mas este aumento veio a par de uma queda acentuada do número de espectadores, cujo valor diminuiu em mais de metade relativamente ao valor de 1970. O valor mais baixo situou-se na primeira metade da década de 90, tendo ocorrido alguma recuperação até aos inícios da década seguinte, o que permitiu atenuar um pouco a tendência negativa entre a década de 70 e a década de 90.

Gráfico 10.4  
Espectadores de cinema

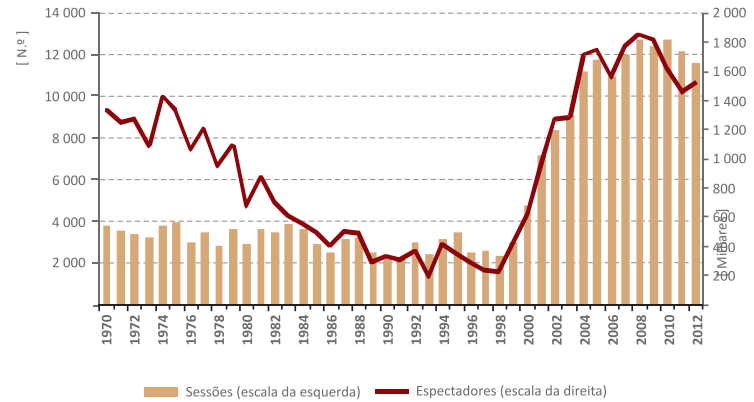


Fonte: INE, I.P., Estatísticas da cultura

Em resultado destas evoluções, em 1970 havia 274 espectadores por sessão, o que compara com o valor de 22 espectadores em 2012. Esta diferença reflete bem o impacto das novas tecnologias de audiovisuais, nomeadamente das que permitem uma fruição doméstica de produtos substitutos da distribuição cinematográfica tradicional.

No caso do teatro, e tal como no cinema, o número de sessões aumentou, tendo sido multiplicado por um fator de 3,1 de 1970 para 2012. Porém, o padrão geral de evolução foi diferente, dado que a evolução do número de espectadores foi positiva, tendo esta variável sido multiplicada por 1,14 (a que corresponde uma taxa média de crescimento de 0,31%. Assim foram mitigadas as evoluções negativas dos rácios do número de espectadores por sessão e por 100 habitantes.

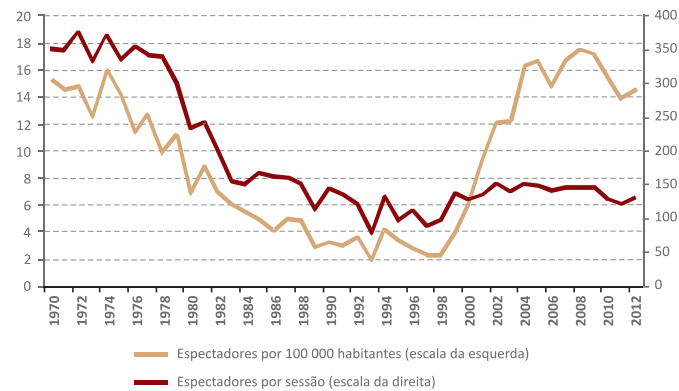
Gráfico 10.5  
Sessões e espectadores de teatro



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da cultura

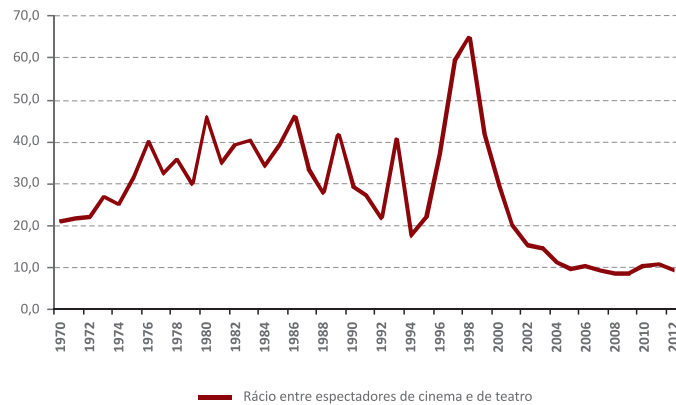
É claro que o rácio entre o número de espectadores de cinema e o de teatro continuou a ser bastante superior à unidade. Note-se, porém, que este rácio diminuiu para menos de metade (21,1 em 1970 contra 9,2 em 2012).

Gráfico 10.6  
Espectadores de teatro



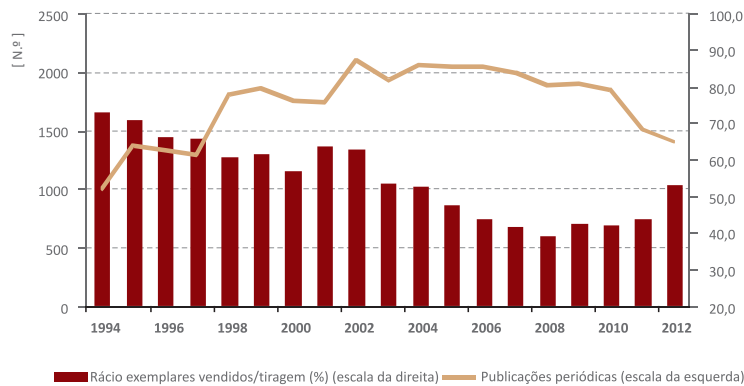
Fonte: INE, I.P., Estatísticas da cultura

Gráfico 10.7  
Espectadores de cinema e de teatro



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da cultura

Gráfico 10.8  
Publicações periódicas



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da cultura

O número de publicações periódicas aumentou 15,0% entre 1970 e 2012, o que correspondeu a uma taxa média anual de variação de 0,3%. O número de jornais também aumentou, cerca de 6,0% entre aqueles dois anos extremos, e o mesmo se verificou quanto às revistas, neste caso a um ritmo ligeiramente acima de 3,0% ao ano, permitindo que o aumento global tivesse sido de 88,6%. A evolução intra-décadas do número de publicações periódicas caracterizou-se por uma estabilização até cerca de metade da década de 90, tomou um perfil ascendente desde então até 2002, tendo a partir daí declinado. Já o rácio entre o número de vendas e a tiragem do mesmo tipo de publicações, tendo diminuído entre o início e o final do período, de 73,1% para 53,4%, apresentou um perfil intra-décadas descendente até 2008, com uma interrupção em 2001-2002, e desde então revela uma aparente recuperação.

CAPÍTULO 11 | TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS



## TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES

Apesar do elevado acréscimo verificado entre 1976-2012 nos acessos telefónicos principais quando se compara o número de registos para este tipo de acesso, que em 2012 foi de 2,6 milhões, com os 13,2 milhões registados para os assinantes de serviço móvel, verifica-se que as comunicações móveis têm conquistado as preferências dos portugueses. As evoluções das taxas de penetração nos mercados dos serviços fixo e móvel também revelam essa tendência. A taxa de penetração no mercado dos serviços fixos que crescia desde 1976 inverteu esta tendência, registando quedas a partir de 2000. Ao contrário, a taxa de penetração no mercado dos serviços móveis, cuja série tem início apenas em 1992, apresentou um crescimento continuado, atingindo 82,5% já em 2002. Após uma quebra de série e de mudança no método de cálculo<sup>1</sup> neste indicador, observou-se um decréscimo nos últimos três anos, embora o indicador se mantenha acima dos 120%.

Em 1977 existiam em Portugal apenas 74 km de autoestrada. Até ao ano de 2012 a rede de autoestradas prolongou a sua extensão até aos 2 988 km, conhecendo um acréscimo substancial entre 1997 e 2006 e mais recentemente em 2012.

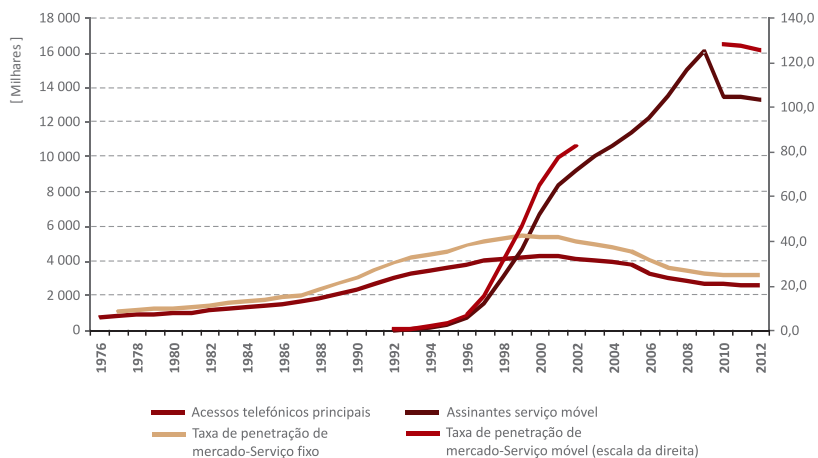
A proporção de autoestradas no total de estradas registou sempre um acréscimo<sup>2</sup>, com exceção do período 2008-2010 em que se manteve praticamente estável e do ano 2011, que registou um ligeiro decréscimo.

<sup>1</sup> Taxa de penetração de mercado do Serviço móvel - Este indicador passou a ser calculado com o nº de estações móveis por 100 habitantes a partir de 2010 (inclusive).

<sup>2</sup> Até 2002 inclusive os km de estrada incluí a Rede nacional e Estradas a municipalizar. A partir de 2003 refere-se somente à rede nacional.

Gráfico 11.1

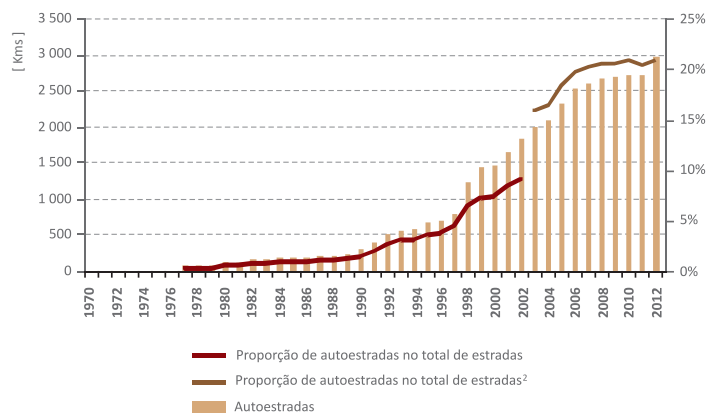
Densidade Telefónica: acessos telefónicos principais e serviço móvel terrestre



Fonte: INE, I.P., Inquérito às Telecomunicações

Gráfico 11.2

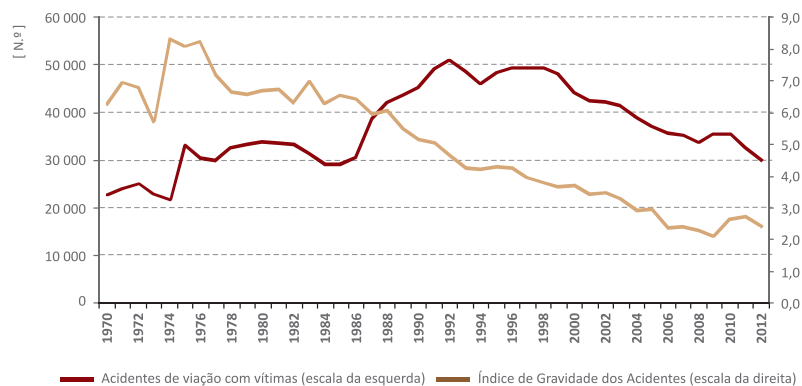
Extensão da Rede Nacional de Estradas no Continente



Fonte: INE, I.P e IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

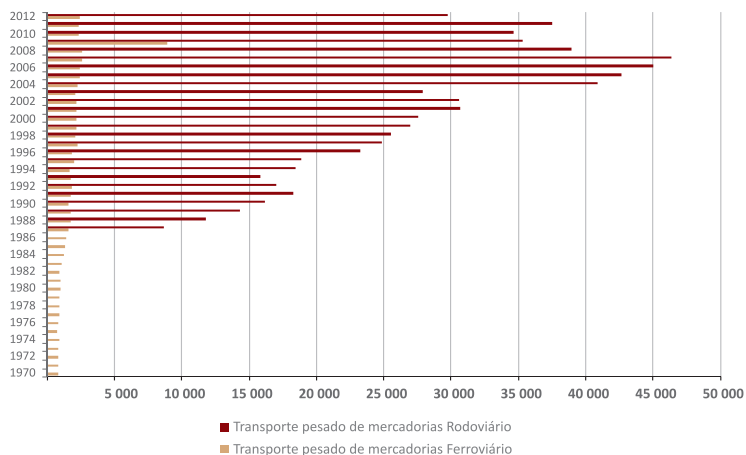
Nota: Até 2002 inclusive - Inclui Rede nacional e Estradas a municipalizar. A partir de 2003 refere-se somente à rede nacional.

Gráfico 11.3  
Indicadores de sinistralidade rodoviária no Continente



Fonte: INE, I.P. e Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)  
Nota: Indicador de Gravidade dos Acidentes = (Mortos em acidentes de viação / Acidentes de viação com vítimas) x 100.

Gráfico 11.4  
Transporte pesado de mercadorias-Ferroviário e Rodoviário em Portugal



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao tráfego por caminho de ferro e Empresas exploradoras de transporte terrestre

O número de acidentes de viação com vítimas conheceu alguma oscilação podendo ser analisado em dois períodos distintos: um período inicial entre 1970 e 1992, ano em que atingiu o seu valor máximo (50 851 ocorrências), sendo ainda. é de salientar um pico entre 1985 e 1992; Uma segunda fase tendencialmente de decréscimo até 2012 embora ainda sem atingir os valores de 1970.

A gravidade dos acidentes de viação apenas aumentou em 6 dos 43 anos em análise. No entanto o aumento registado em 2010 deveu-se em grande medida à alteração no método de cálculo deste indicador que alargou para 30 dias após a data do acidente de viação o período de contabilização de vítimas mortais. Em 1970 cada 100 acidentes com vítimas resultaram em 6,3 vítimas mortais, o que compara com 2,4 vítimas mortais por cada 100 acidentes com vítimas.

A série de dados sobre o transporte ferroviário de mercadorias tem início em 1970 enquanto a série de dados para transporte rodoviário de mercadorias tem início apenas em 1987.

Apesar do crescimento verificado no número de toneladas transportadas por ferrovia, o transporte rodoviário de mercadorias registou sempre valores muito superiores, verificando-se igualmente uma tendência de crescimento. O transporte de mercadorias por ferrovia registou nos últimos anos aproximadamente 2,5 mil milhões de toneladas, exceto no ano 2009 no qual se registou um pico de cerca de 9 mil milhões.

O transporte de mercadorias por rodovia aumentou de 8,6 mil milhões de toneladas em 1987 para 46,4 mil milhões de toneladas em 2006. Note-se um decréscimo a partir do ano de 1992, que se deve em certa medida ao facto de os dados a partir deste ano se referirem apenas ao Continente. Os anos que se seguiram foram de diminuição deste valor, com exceção do ano de 2011, verificando-se em 2012 aproximadamente o transporte de 29,8 mil milhões de toneladas.



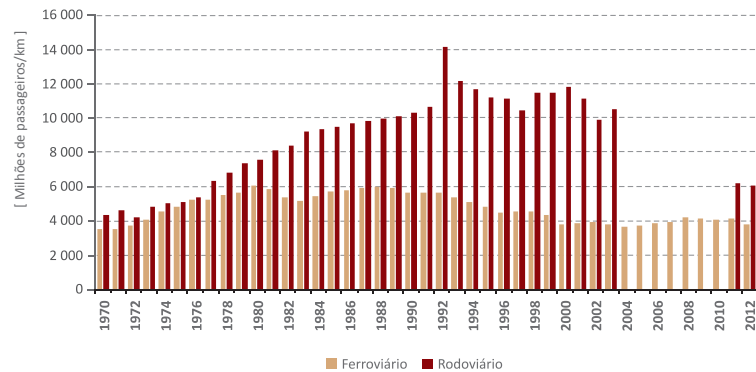
Igualmente no transporte de passageiros, o rodoviário é preferido em relação à ferrovia.

Relativamente ao transporte ferroviário de passageiros verificaram-se algumas oscilações, podendo identificar-se uma época de subida entre 1970 e 1980 (6 076 milhões de passageiros) seguido de um período de decréscimo até 1983 (5 195 milhões de passageiros), após o qual se verificou uma recuperação até 1988 (6 036 milhões de passageiros), voltando a registar-se um longo período com tendência descendente até ao valor 3 802 milhões de passageiros em 2012.

O transporte rodoviário registou o seu valor mais elevado em 1992, correspondente a 14 173 milhões de passageiros, ano até ao qual a tendência tinha sido de crescimento. Nos anos seguintes verificou-se um período de decréscimo até 1997 (10 442 milhões de passageiros). Entre 1998 e 2000, apesar de alguma recuperação, o valor registado ficou muito aquém do pico de 1992. A partir de 2011 a série conta apenas com os dados referentes ao Continente, o que justifica uma parte da queda verificada. Em 2012 o número de passageiros do transporte rodoviário atingiu quase metade do valor de 1993 (6 802 milhões de passageiros).

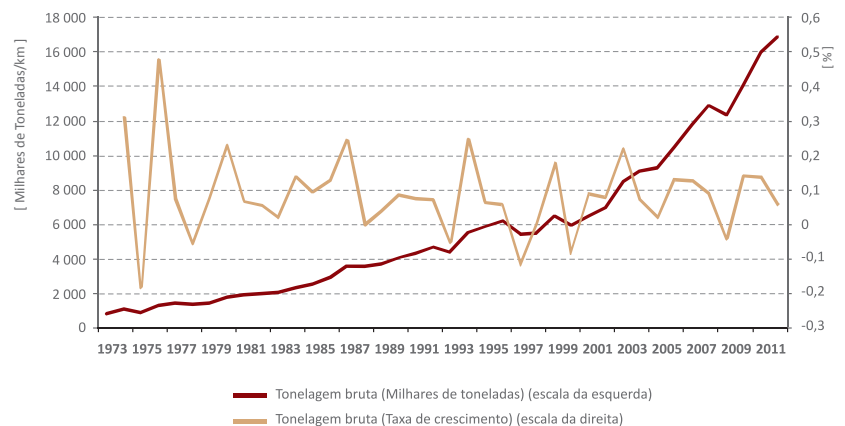
A tonelagem bruta das mercadorias em contentores carregados e descarregados nos portos marítimos nacionais cresceu significativamente desde 1973, embora com um ritmo ligeiramente decrescente. Em 1973 registaram-se 850 mil toneladas de movimento de mercadorias nos portos marítimos, face a um aumento para 16 834 em 2012.

Gráfico 11.5  
Transportes de passageiros ferroviários e rodoviários em Portugal



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao tráfego por caminho de ferro e Empresas exploradoras de transporte terrestre

Gráfico 11.6  
Mercadorias em contentores carregados e descarregados nos portos marítimos nacionais



Fonte: INE, I.P., Estatísticas dos Transportes e Comunicações.



CAPÍTULO 12 | JUSTIÇA



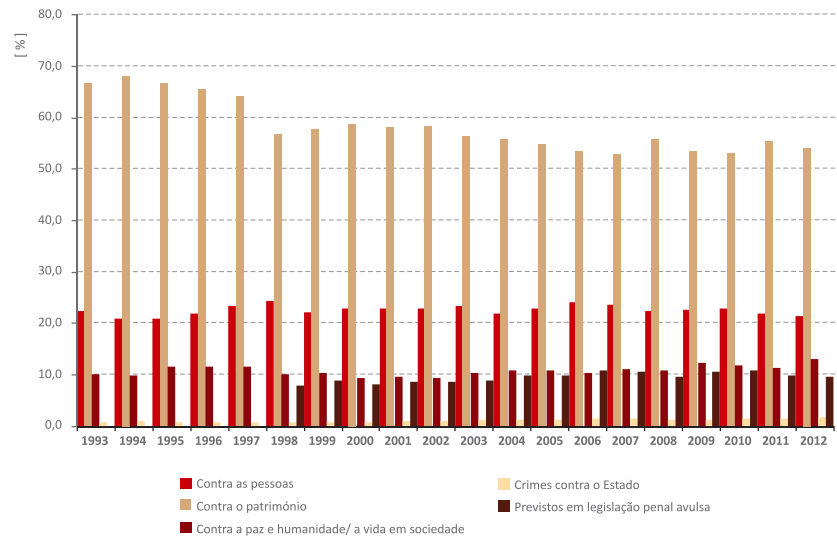
25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS



## JUSTIÇA

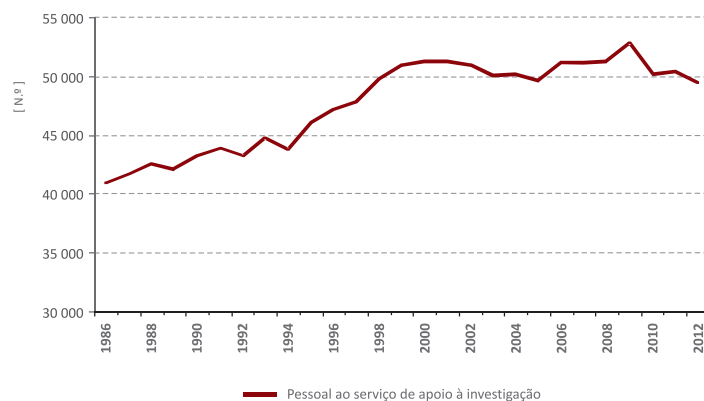
Os dados disponíveis relativos ao período 1993-2012 revelam um aumento da criminalidade registada, que entre estes dois anos cresceu globalmente 31,7%, a que corresponde uma taxa média de crescimento anual de 1,5%. Os crimes contra o património constituem a grande maioria, seguindo-se os crimes contra pessoas. As evoluções destes dois tipos de crimes diferenciaram-se quanto ao seu ritmo, sendo notório uma diminuição da importância relativa do primeiro, que passou de 66,7% para 54,1%, enquanto o segundo tipo, de crimes contra pessoas, manteve aproximadamente a sua importância relativa, de cerca de 22,0%. Relativamente aos tipos de crime menos relevantes em percentagem, destaca-se o agrupamento de atos criminosos previstos em legislação penal avulsa, que foi ganhando importância a partir de 1998, atingindo a proporção de cerca de 10,0% em 2012. Os crimes contra o Estado mantiveram-se sem grande expressão (pesos de 0,8% e de 1,7% em 1993 e 2012, respetivamente), embora tenham apresentado as taxas de crescimento mais elevadas (o seu número foi multiplicado por 2,7, a que correspondeu uma taxa média anual de crescimento de 5,3%).

Gráfico 12.1  
Tipos de criminalidade registadas pelas autoridades policiais



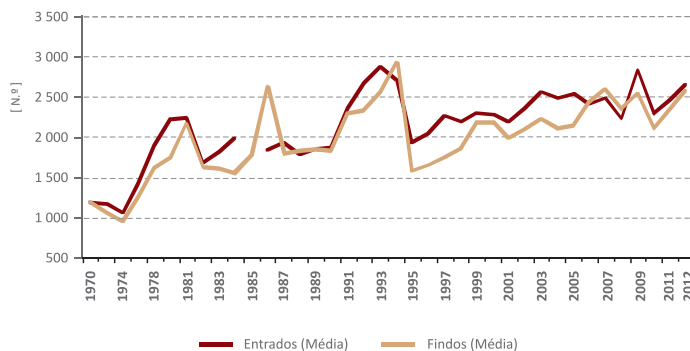
Fonte: DGPI/MJ

Gráfico 12.2  
Pessoal ao serviço nas polícias e noutros organismos de apoio à investigação



Fonte: DGPI/MJ

Gráfico 12.3  
Processos entrados e findos por Tribunal Judicial



Fonte: DGPI/MJ

O número de pessoas ao serviço nas polícias e outros organismos de apoio à investigação tem exibido uma tendência, embora não muito acentuada, de crescimento com um pico em 2009 (52 867 efetivos). Desde 2010 que esta tendência se inverteu. Em 2012 o número de efetivos era inferior ao de 2009 em 3 382 indivíduos. Este efetivo distribuía-se por diferentes corpos, a Guarda Nacional Republicana (que, a partir de 1993, absorveu a Guarda Fiscal), a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Judiciária. Aquele efetivo conta ainda com pessoal ao serviço em organismos como a Direção-Geral dos Impostos, a Inspeção-Geral das Atividades Económicas, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ou os Institutos de Medicina Legal. Entre 1986 e o ano 2000, o número de pessoal exibiu uma tendência de crescimento, embora não muito acentuada, tendo alcançado em valor superior a 51 000 indivíduos. Desde então, o número de efetivos tem oscilado em torno deste valor, com um pico de 52,8 mil em 2009. Comparando 1986 com 2012, verificou-se um aumento global de cerca de 21,0% (taxa média anual de crescimento de 0,7%), passando de cerca de 41 mil para um pouco de menos 50 mil efetivos.

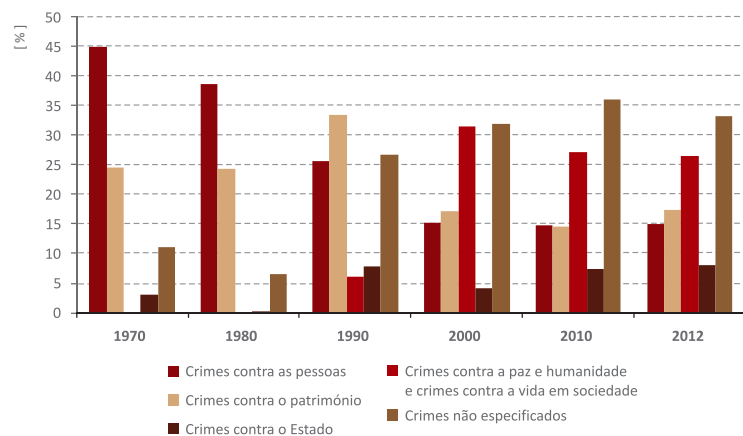
Entre 1970 e 2012 o número de tribunais judiciais aumentou cerca de 58,0%, a que correspondeu uma taxa média anual de crescimento de 1,1%. O grande impulso foi dado no início da década de 80, mantendo-se em seguida um moderado crescimento. Considerando os processos entrados e findos por Tribunal Judicial, verifica-se que os primeiros têm aumentado a um ritmo superior ao dos segundos, com exceções em alguns subperíodos nas quatro décadas delimitadas por 1970 e 2012. Com efeito, verificou-se que em 1988, 1994 e entre 2006 e 2008, o número de processos concluídos foi superior ao número de processos entrados.

Considerando as/os condenadas/os (pessoas singulares) em processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância, constata-se evoluções bastante diferenciadas segundo o tipo de crime. Em 1970 a proporção de condenadas/os por crimes contra as pessoas representava 45,0% do total, mas essa proporção foi decaindo até atingir cerca de 15,0% em 2012, passando a ocupar a penúltima posição. Por seu turno, a proporção de condenados por crimes contra o património, que ocupava a segunda posição em 1970, com o valor de 29,0% do total, também diminuiu, para 17,3%. Inversamente, a proporção relativa aos crimes não especificados, que representava cerca de 11,0% em 1970, teve a primazia em 2012, com 33,0% do total. Na segunda posição encontra-se a parte respeitante aos crimes contra a paz e a humanidade e contra a vida em sociedade, que em 1984 (primeiro ano de registo deste tipo de crimes) tinha o peso de cerca de 5,0%, atingindo o valor de 26,5% em 2012. A parte respeitante aos crimes contra o Estado manteve-se na última posição, embora tenha registando um aumento de 5 p.p. (pesava à volta de 3,0% em 1970).

Considerando os condenados por sexo, constata-se que o peso dos indivíduos de sexo masculino atingiu o seu valor máximo em 1999, com 93,0%, tendo decaído a partir de então, para 88,3% em 2012. A evolução do peso dos indivíduos do sexo feminino é complementar, a menos de uma fração residual de pessoas coletivas condenadas.

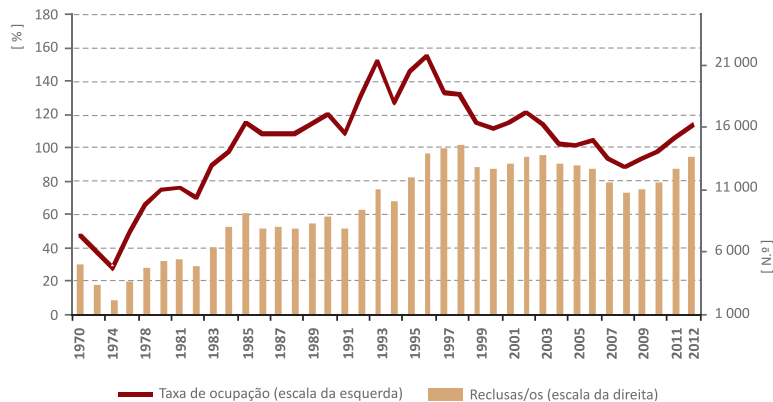
Gráfico 12.4

Condenadas/os por tipos de crime (em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância)



Fonte: DGPI/MJ

Gráfico 12.5  
Estabelecimentos prisionais: reclusas/os e taxa de ocupação



Fonte: DGPI/MJ

O número de reclusas/os aumentou entre 1970 e 2012 a uma taxa média anual de 2,4%, enquanto o número de prisões registou uma diminuição, embora tal tenha sido acompanhado pelo aumento da lotação por prisão. O efeito global em termos da capacidade prisional foi insuficiente face ao aumento de reclusas/os. Assim, a taxa de ocupação manteve-se em aumento entre 1974 e 1996, tendo ultrapassado 100% a partir de 1985 e atingido um máximo de 154,2% em 1996. A partir de desse ano, a taxa de ocupação diminuiu até 2008, em que se situou em 87,9%, para aumentar em seguida nos anos mais recentes. Em 2012 a taxa foi de 112,7%.



CAPÍTULO 13 | ECONOMIA



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTADÍSTICAS

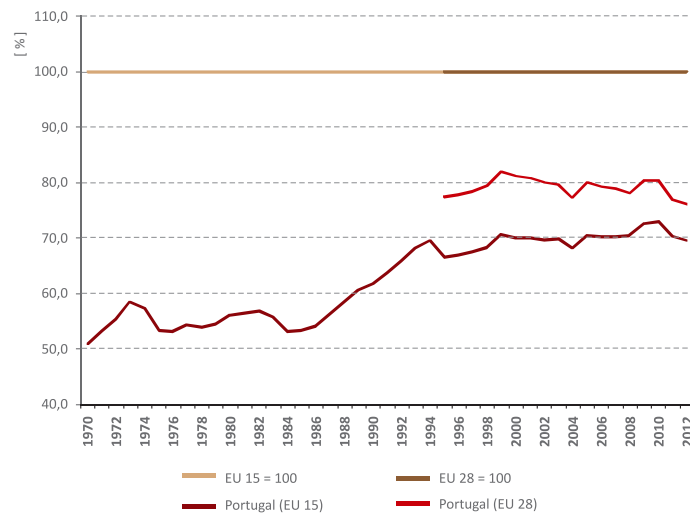


## ECONOMIA

O poder de compra dos portugueses (PIB per capita) em 1970, medido em paridades de poder de compra, situava-se em cerca de metade da média europeia. Verificou-se desde então um período de crescimento que decorreu até 1973, ao qual se seguiu uma forte quebra nos três anos subsequentes. Em sentido inverso, entre 1977 e 1994, o poder de compra em Portugal aproximou-se progressivamente da média europeia, com exceção do ano de 1983 em que se registou um recuo de 1,2 p.p.. A partir de 1994 este indicador manteve-se em torno dos 70,0% da média europeia (UE 15). De 1995 em diante, e considerando o alargamento a 28 países membros, o indicador de paridade de poder de compra para Portugal rondou os 80% do total da média europeia, embora com algumas oscilações. De salientar que nos dois últimos anos em análise verificou-se uma quebra do poder de compra de 4,2 p.p., que se situou em 2012 em 76,1% da média dos 28 Estados Membros da UE.

Gráfico 13.1

Produto Interno Bruto per capita (em Paridades de Poder de Compra): comparação com média europeia



Fonte: Eurostat

No início da década de 70, a conjuntura europeia caracterizada por um forte crescimento económico associado a fatores endógenos, nomeadamente uma maior abertura da economia nacional e a modernização do setor industrial, motivaram a taxa de crescimento do PIB em termos reais, que atingiu o seu máximo histórico em 1971 (10,5%). As contribuições do Consumo Privado, acima dos 5 p.p., e do Investimento, que atingiu os 6,8 p.p., foram fundamentais para este resultado.

Nos anos seguintes a crise internacional resultante do choque petrolífero registado em 1973, a par da instabilidade política e da descolonização, determinaram a queda abrupta do Investimento, variável que contribuiu com -3,9 p.p. para a taxa mais baixa registada na série (-5,1%, em 1975). A queda do PIB real conjugado com a trajetória ascendente da taxa de inflação, que registou 26,2% em 1974, criou um cenário de estagflação. Na segunda metade da década de 70, as políticas de estabilização e a intervenção do Fundo Monetário Internacional (1978) promoveram um novo ciclo de crescimento real, que atingiu uma taxa de 9,1%, muito à custa da recuperação quer do Consumo Privado quer do Investimento, pese embora a taxa de inflação se mantivesse em níveis significativamente elevados (26,7% em 1977) e a taxa de desemprego acima dos 7,0%.

A primeira metade dos anos 80 caracterizou-se em termos macroeconómicos por uma desaceleração do crescimento real, taxas de inflação que atingiram um valor historicamente elevado, e taxas de desemprego a dois dígitos, apesar das políticas expansionistas levadas a cabo no início da década em contraciclo com a evolução do cenário macroeconómico internacional, que sofria as consequências do segundo choque petrolífero de 1979.

As políticas de estabilização seguidas entre 1983 e 1985 destinadas a preparar o país para a integração na Comunidade Económica Europeia resultaram num agravamento dos valores registados para as principais variáveis macroeconómicas. De salientar os resultados de 1984, ano que conjugou a mais alta taxa de inflação da série (28,5%), uma elevada taxa de desemprego (10,4%) e recessão (-0,7% do PIB), para a qual contribuíram o Consumo Privado e o Investimento, com -0,7 p.p. e -2,1 p.p. respetivamente.

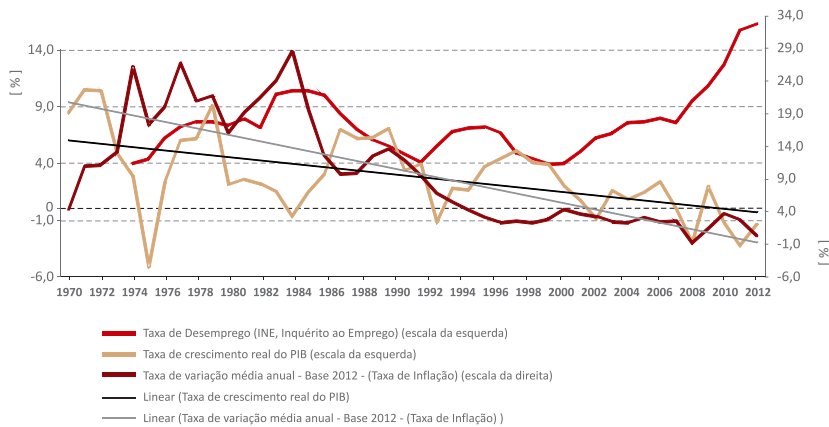
No período seguinte, que se estendeu até 1993, a progressiva liberalização das trocas comerciais intracomunitárias, a captação de investimento externo e a entrada de fundos estruturais destinados à convergência real e nominal dos Estados Membros, que resultaram da adesão à Comunidade Económica Europeia, favoreceram o cenário macroeconómico. A taxa de inflação desceu de forma sustentada, foi de 6,8% em 1993, a taxa de desemprego apresentou tendência semelhante, registando 5,5% em 1993. As contribuições positivas do Consumo Privado, do Consumo Público, e do Investimento motivaram uma taxa de crescimento do PIB em volume na ordem de 7% nos anos de 1987 e 1990. O Consumo Privado registou um contributo de 5,5 p.p. em 1988 e 1991. Igualmente nesses mesmos períodos o Consumo Público contribuiu com 1,5 p.p. e 1,9 p.p. para a taxa de crescimento do PIB. O Investimento sofreu algumas oscilações, entre contribuições positivas e negativas, tendo alcançado os 3,9 p.p. em 1987 e caindo para os -2,2 p.p. em 1991.

Em 1993, o PIB registou uma quebra (-1,2%) em resultado da prioridade concedida às medidas destinadas à redução da inflação que se impunham pela opção de integração da moeda nacional no Sistema Monetário Europeu, exigindo a aproximação aos critérios de convergência fixados pelo Tratado de Maastricht assinado em 1992. Paralelamente, assistiu-se ao *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1987), e à primeira Guerra no Golfo (1990), fatores que contribuíram para uma crise internacional com consequências que também se fizeram sentir na economia portuguesa, principalmente pela contribuição negativa do Investimento e igualmente pelos fracos contributos das restantes variáveis.

Até ao final do século XX a contribuição do investimento para o crescimento real, nomeadamente o investimento na EXPO 98 e o investimento em infraestruturas promovido pelos fundos FEDER, foi decisiva para uma aceleração do PIB. Nesse ano o PIB real cresceu 5,1%, a taxa de desemprego foi de 4,9% e os preços aumentaram 2,6%. As recuperações do Consumo Privado e do Investimento foram decisivas. O primeiro, evoluiu consistentemente até aos 3,4% em 1999 e do segundo variou entre 0,1% em 1995 e 3,2% em 1998. A Procura Externa Líquida, tal como nos anos anteriores e apesar de algumas oscilações, continuou a contribuir de forma negativa para a taxa de crescimento do PIB real.

As diversas oscilações ao longo dos primeiros 13 anos do século XXI refletem uma tendência decrescente na evolução do PIB real. Acontecimentos negativos no plano internacional nomeadamente o *crash* do NASDAQ (2000), os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 e a II Guerra no Golfo (2003), e no plano interno, o processo de contenção orçamental com o qual Portugal se comprometeu tendo como objetivo o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), que exigia um défice público abaixo dos 3%, conduziram a um pico recessivo em 2003 (-0,9%) e a uma subida da taxa de desemprego. Por outro lado, a inflação foi de 3,2% em 2004. Esta quebra do PIB foi resultado do contributo do Investimento em -2,0 p.p. e do Consumo Privado com -0,1 p.p.. Já a Procura Externa Líquida mostrou-se favorável no início do novo século contribuindo em 2003 com 1,1 p.p. para a variação do PIB.

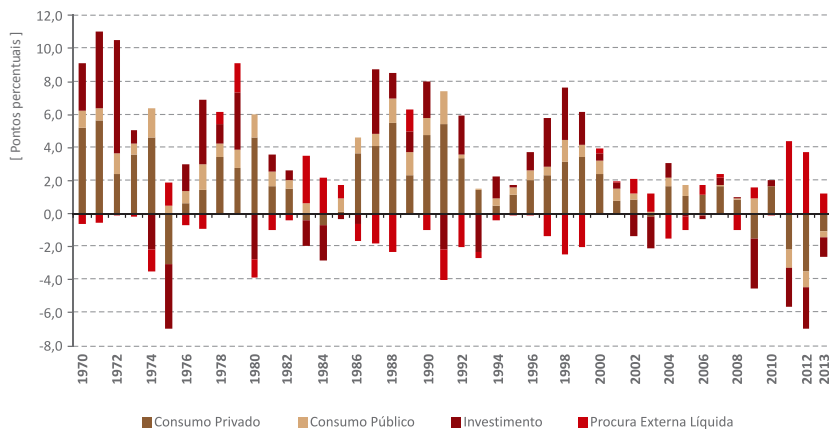
Gráfico 13.2  
Evolução de alguns indicadores Macroeconómicos



Fonte: Banco de Portugal, INE, I.P., Contas Nacionais Índice de preços no consumidor; Inquérito ao Emprego

Notas: Ocorreram quebras de série no Inquérito ao Emprego em 1983, 1992, 1998 e 2011 | Período anterior a 1978: Cálculos do INE, I.P. com base nas Séries Longas Anuais do Banco de Portugal | 1977 a 1994: Banco de Portugal, Séries Longas Trimestrais para a Economia Portuguesa | 1995 a 2013: INE, I.P., Contas Nacionais.

Gráfico 13.3  
Contributos para a taxa de variação do PIB



Fonte: Banco de Portugal, INE, I.P., Contas Nacionais

Nos anos que se seguiram a recuperação fez-se sentir num moderado mas positivo crescimento do PIB, tendo sido de 1,5% a média das taxas de crescimento da economia entre 2004 e 2007. Este crescimento foi sustentado essencialmente pelo Consumo Privado e pelo Consumo Público. Já a evolução das taxas de desemprego, que chegou a atingir os 8% em 2007, assinalava a fragilidade da economia portuguesa.

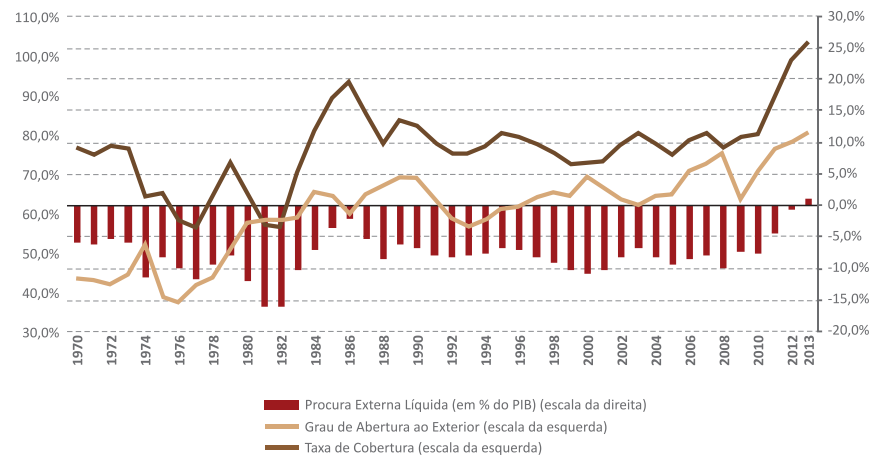
Os efeitos da crise financeira internacional de 2008 conduziram a evolução do PIB para valores negativos verificados desde 2009, com exceção do ano 2010, que registou um crescimento de 1,9%, em resultado de uma forte política expansionista destinada a minorar os efeitos da crise que se propagou rapidamente para a “economia real”. Em contraposição, a mais baixa taxa de inflação registada foi de -0,8% em 2009, ano em que se verificou 9,5% de taxa de desemprego em paralelo com uma evolução negativa de 2,9% no PIB real.

Este declínio resultou dos contributos negativos do Consumo Privado (-3,5 p.p. em 2012), do Consumo Público (-1,1 p.p. em 2011) e do Investimento (-3,0 p.p. em 2009), com exceção do ano 2010. Ao contrário, a Procura Externa Líquida registou contribuições positivas atingindo o máximo histórico de 4,4 p.p. em 2011.

Entre 1970 e 2010 o saldo da balança comercial registou sempre valores negativos, embora com intensidades diferenciadas. Tomando o rácio da procura externa líquida em percentagem do PIB, verificou-se uma tendência de agravamento entre 1970 e 1982, ano em que este rácio atingiu a maior intensidade (-16,2%), seguindo-se um período de recuperação até 1986. A partir daí e até 2010, o rácio voltou a deteriorar-se, oscilando em torno de um valor médio de 7,9%, com um subperíodo de maior agravamento 1999 e 2001. Nos anos mais recentes verificou-se uma melhoria, sendo realçar o valor positivo atingido em 2013.

Numa perspetiva longa, registou-se uma tendência de subida do grau de abertura ao exterior entre 1970 e 2013, embora com alguns subperíodos de estabilização. De 1970 a 1984 houve uma clara tendência de aumento, com o rácio a passar de 43,4% para 65,1%. Nos vinte anos subsequentes, verificou-se uma estabilização em torno de 64,0%. A partir de 2006 voltou a acentuar-se o grau de abertura ao exterior, para um patamar 10 p.p. acima do nível anterior e com um máximo de 80,1% em 2013.

Gráfico 13.4  
Indicadores da evolução da Procura Externa

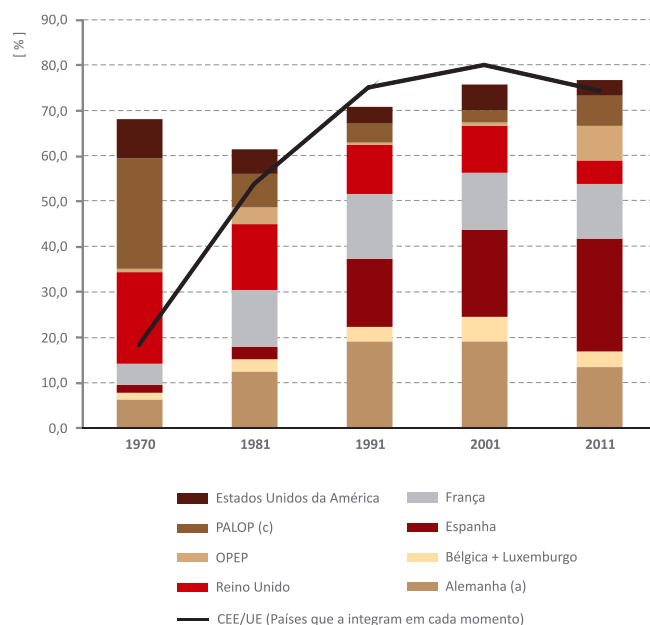


Fonte: Banco de Portugal, INE, I.P., Contas Nacionais

Notas: Os dados das Contas Nacionais de 2011 são provisórios. | Os dados de 2012 e 2013 são preliminares. | Grau de Abertura ao Exterior =  $\frac{(\text{Exportações} + \text{Importações})}{\text{PIB p.m.}} \times 100$ . | Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações =  $\frac{\text{Exportações}}{\text{Importações}} \times 100$ .

Gráfico 13.5

Evolução da importância dos fluxos de Comércio Internacional por países de destino das mercadorias - **Exportações**



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional

Notas: (a) República Federal da Alemanha em 1970 e 1980.

(c) Em 1970, corresponde às Províncias Ultramarinas, com exceção de Macau e Timor. Em 1981, corresponde aos Países e Territórios de Expressão Portuguesa, com exceção de Macau, Timor e Brasil.

O peso crescente dos parceiros europeus nas exportações verificado até entre 1970 e 2000 resulta não só do aumento do peso de cada destino como também do efeito do alargamento comunitário. Verifica-se neste período, que no espaço da CEE/UE a Alemanha é o maior destino das exportações portuguesas, seguido da Espanha e da França, todos com uma importância crescente. Ao contrário, o Reino Unido, que foi nos anos 70 um parceiro europeu privilegiado pelas exportações nacionais, registou uma forte quebra nas duas décadas seguintes.

Na última década, face ao decréscimo do peso nas exportações destinadas à Alemanha, França e Reino Unido, a Espanha ganhou importância relativa. Fora do âmbito europeu é com o grupo dos PALOP que as trocas comerciais são mais intensas. Nos anos 70 este grupo de países foi o principal destino das exportações portuguesas. Ao decréscimo verificado na década anterior, nas três décadas seguintes seguiu-se uma forte recuperação, conduzindo a um peso de 6,8% no total das exportações em 2011.

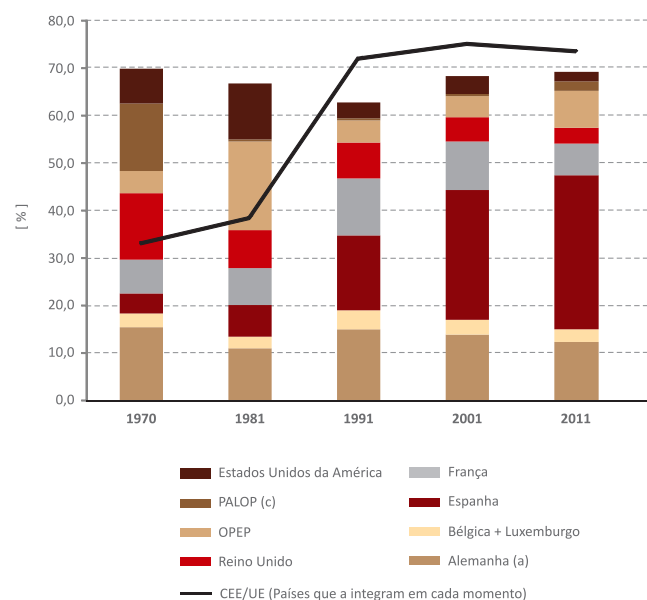


O comportamento das importações no espaço europeu foi semelhante ao das exportações, sendo de salientar o abrupto aumento do seu peso em 33,6 p.p. entre 1981 e 1991. O peso dos produtos importados com origem em Espanha ganhou uma crescente importância em todo o período em análise aumentando de 4,4% em 1970 para 32,3%\* em 2011. O peso das importações com origem na França aumentou nas primeiras duas décadas tendo decrescido em seguida; já o peso do Reino Unido diminuiu em todas as décadas em análise. O peso da Alemanha caiu ligeiramente, em 2011 registou 12,3% contra os 15,5% de 1970. Fora da UE, a queda abrupta das importações com origem nos PALOP verificada nos anos 70, decorrente do processo de descolonização, conduziu este indicador para mínimos de 0,4%, registando uma recuperação que permitiu passar a sua importância para 2,1% em 2011, ainda muito aquém dos 14,4% verificados em 1970. O peso das importações com origem nos países da OPEP conheceu um pico em 1981, resultado da crise do petróleo de 1979 e que provocou o forte acréscimo do seu preço, seguido de uma queda abrupta que levou este peso a recuar ao valor da década seguinte. De 1991 a 2001 manteve alguma estabilidade, seguido de um aumento na última década.

\* Dado atualizado em 08.05.2014.

Gráfico 13.6

Evolução da importância dos fluxos de Comércio Internacional por países de origem das mercadorias - **Importações**

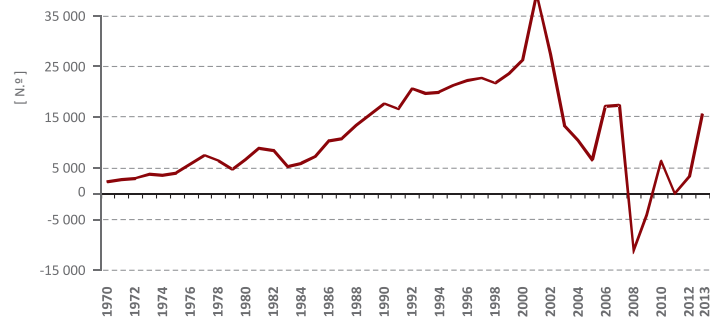


Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional

Notas: (a) República Federal da Alemanha em 1970 e 1980.

(c) Em 1970, corresponde às Províncias Ultramarinas, com exceção de Macau e Timor. Em 1981, corresponde aos Países e Territórios de Expressão Portuguesa, com exceção de Macau, Timor e Brasil.

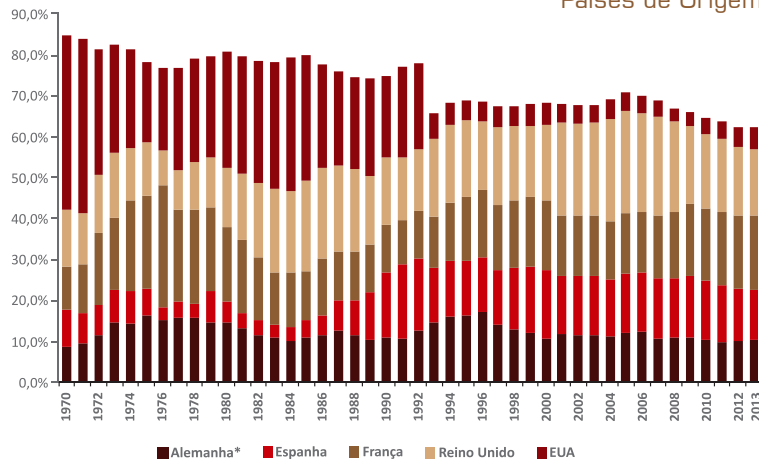
Gráfico 13.7  
Constituição Líquida de Sociedades



Fonte: INE, I.P., Sistemas de Contas Integradas das Empresas

O número de sociedades constituídas e o número de sociedades dissolvidas foi em 1970 de 2 988 e de 689 respetivamente, o que comparando com os valores para 2013, de 33 618 e de 18 057, respetivamente, permitem verificar um elevado acréscimo na dinâmica empresarial. No que respeita à constituição líquida de empresas (número de sociedades constituídas - número de sociedades dissolvidas), verifica-se um crescimento, ainda que com oscilações, e até mesmo um pico em 2001, ano em que se verificou um saldo de 39 088 sociedades. A partir de 2001 verificou-se uma tendência decrescente, com forte quebras entre 2003 e 2005, e em 2008, ano em que pela primeira vez em toda a série o número de sociedades dissolvidas foi superior ao número de sociedades constituídas, com saldo de -11 493. Seguiu-se alguma recuperação embora ainda com uma diminuição em 2011, mas já com saldo positivo.

Gráfico 13.8  
Distribuição das Receitas do Turismo por Países de Origem



Fonte: Banco de Portugal, Balança de Pagamentos - Serviços.

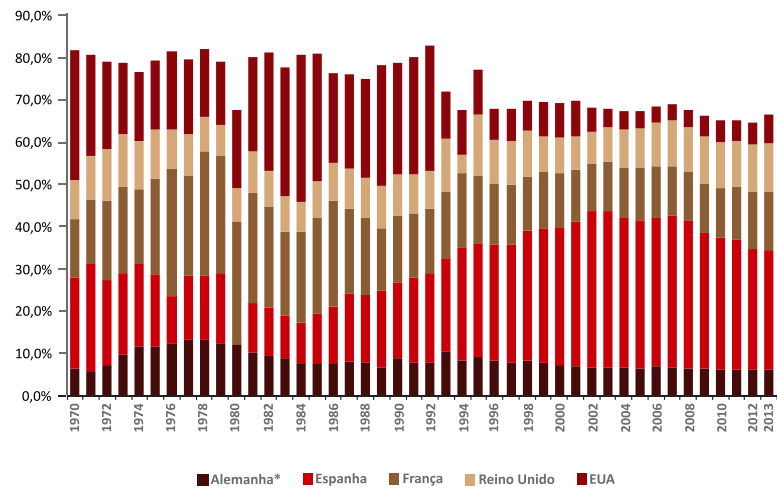
Notas: (a) República Federal da Alemanha em 1970 e 1980.

(c) Em 1970, corresponde às Províncias Ultramarinas, com exceção de Macau e Timor. Em 1981, corresponde aos Países e Territórios de Expressão Portuguesa, com exceção de Macau, Timor e Brasil.

As receitas do turismo provieram em 2013 principalmente da França (18,0%), Reino Unido (16,3%), Espanha (12,3%) e Alemanha (10,4%). Os EUA tiveram um peso de apenas 5,4%. Este cenário era consideravelmente diferente em 1970, quando a principal fonte de receitas do turismo provinha dos EUA com 42,7% de peso no total das receitas. Os cinco países concentravam em 1970 um total de 84,9% das receitas, que em 2013 caiu para 62,4%, indiciando uma maior diversificação dos mercados emissores.

A evolução nas despesas do turismo por país de destino segue uma tendência muito semelhante à das receitas. Os cinco países com maior peso em 1970 foram a Alemanha (6,6%), o Reino Unido (9,4%), a Espanha (21,3%), a França (13,8%) e os EUA (30,8%), que explicam 81,9% das despesas totais. Em 2013 o grau de concentração diminuiu com estes cinco países a representarem apenas 66,4% do total, principalmente devido à forte quebra no peso dos EUA.

Gráfico 13.9  
Distribuição das Despesas do Turismo por Países de Destino



Fonte: Banco de Portugal, Balança de Pagamentos - Serviços.

\* Até 1989, República Federal da Alemanha



CAPÍTULO 14 | FINANÇAS PÚBLICAS



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS

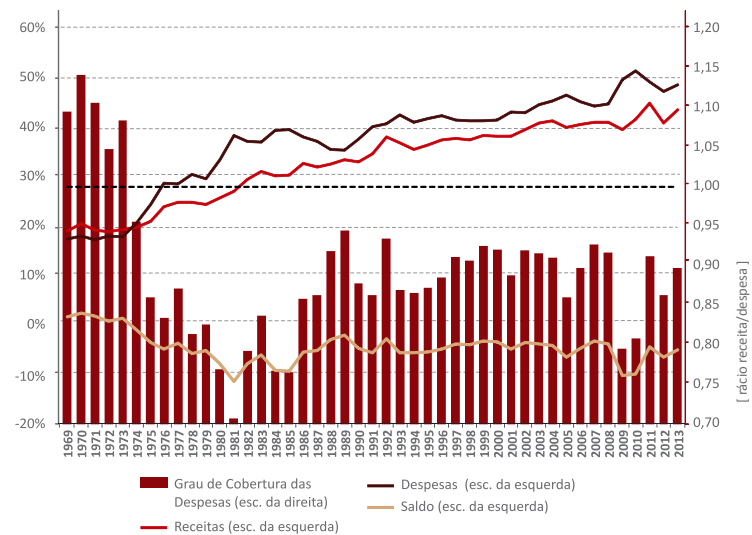


## FINANÇAS PÚBLICAS

Os dados disponíveis relativos aos últimos 45 anos apontam para uma trajetória ascendente, quer das receitas, quer das despesas das Administrações Públicas quando expressas em percentagem do PIB. O ano de 1974 marca uma transição entre uma fase de saldos positivos e um período de défices públicos que persiste até ao presente. De notar, pela intensidade do saldo negativo os anos de 1981, os anos de 1984-85 e 2009-10. Igualmente, o Grau de Cobertura das Despesas foi até 1974 superior a 1, com a Receita a suplantiar o nível de Despesa em cerca de 10% (média do período 1969-1973).

Gráfico 14.1

Receitas, despesas, e saldo global das Administrações Públicas em % do PIB; Grau de cobertura da despesa

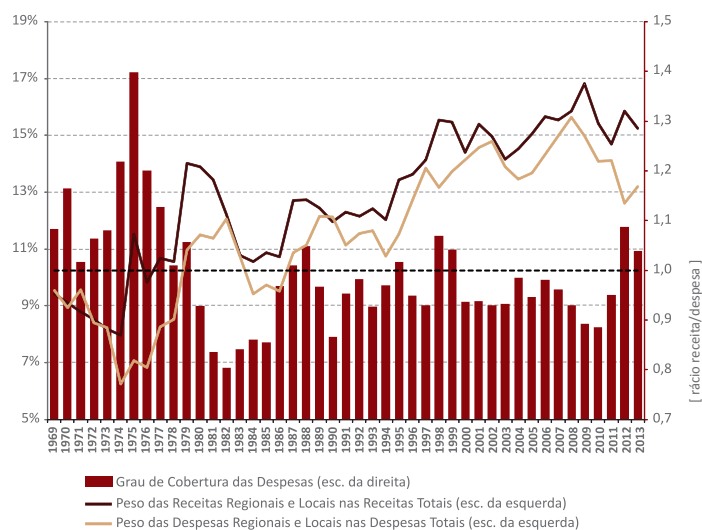


Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas. INE, I.P., Contas Nacionais.

Notas: Dados 2011 - provisórios. Dados 2012 e 2013 - preliminares.

Gráfico 14.2

Receitas e despesas das Administrações Regionais e Locais em % do total de receitas e despesas das Administrações Públicas



Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas. INE, I.P., Contas Nacionais.

Notas: Dados 2011 - provisórios. Dados 2012 e 2013 - preliminares.

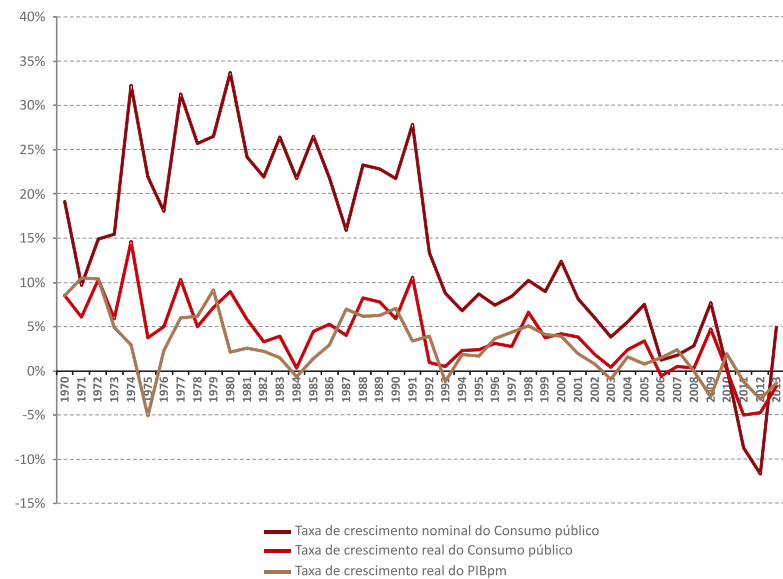
Também as receitas e despesas das Administrações Regionais e Locais têm exibido uma tendência de crescimento, quer em termos reais, quer quanto à proporção das mesmas no total das Administrações Públicas, com uma inversão destas tendências partir de 2009. Note-se que o grau de cobertura da Despesa Regional e Local se manteve superior a 1 até ao ano de 1979 e que desde aí apresentou algumas situações similares, ainda que pontuais.

Em ambos os casos, desde meados da década de 80, aquelas proporções têm oscilado em torno dos 12-16% e dos 10-15%, respetivamente. A partir de 2010 assiste-se a um recuo do peso das receitas e despesas das Administrações Regionais e Locais no total das Administrações Públicas para valores médios de 15% e 13,5%.



A segunda metade da década de 70 e os anos 80 marcam, também, os maiores desfasamentos entre as taxas de crescimento nominal e real do consumo público, indicando um período de crescimento mais elevado dos preços implícitos naquela componente da despesa agregada. Embora de forma não muito acentuada, os dados relativos às últimas três décadas sugerem uma tendência descendente do crescimento real do consumo público que tem acompanhado razoavelmente o crescimento real do PIB, com algumas exceções pontuais. Os anos de 1974, 1975 e 1976 são as exceções mais claras a esta evolução conjunta, com o consumo público a crescer, em termos reais, substancialmente mais que o produto. Em sentido oposto, e revelando uma tendência sustentada, para o conjunto dos anos 2010 a 2013 a taxa de crescimento real do consumo público situou-se em média 1,8 p.p. abaixo do crescimento real do PIB, com especial destaque para o ano de 2011, em que essa diferença foi de -3,7 p.p..

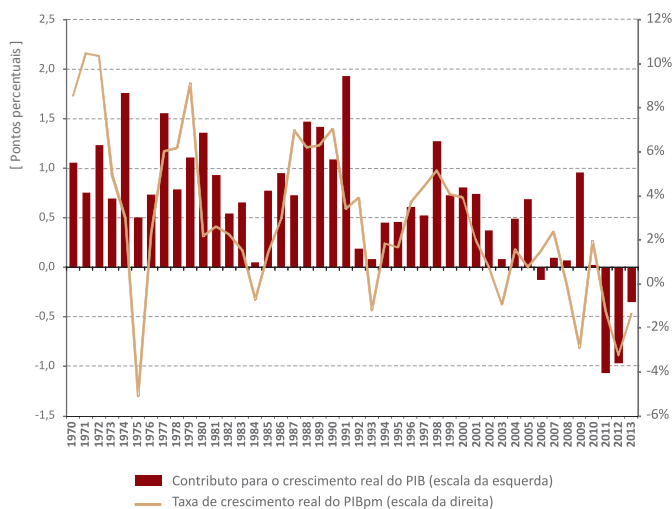
Gráfico 14.3  
Taxa de crescimento do Consumo Público



Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas. INE, I.P., Contas Nacionais.

Notas: Dados 2011 - provisórios. Dados 2012 e 2013 - preliminares.

Gráfico 14.4  
Contribuição do Consumo Público para o crescimento  
real do PIB



Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas. INE, I.P., Contas Nacionais.

Notas: Dados 2011 - provisórios. Dados 2012 e 2013 - preliminares.

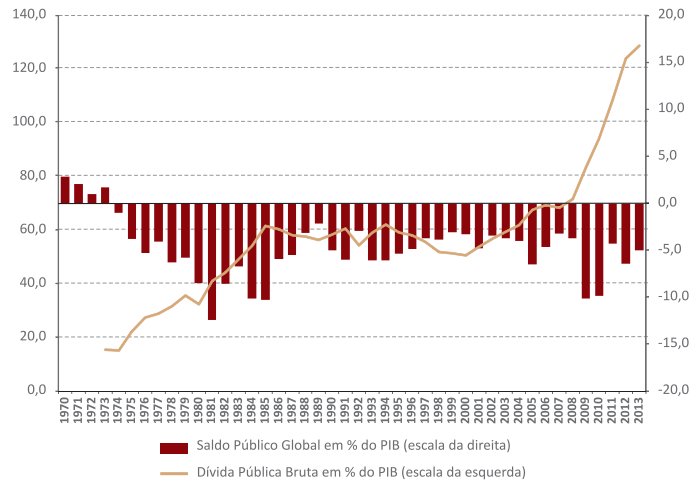
Face às restantes componentes da despesa agregada, o consumo público tem revelado, ao longo das últimas quatro décadas, oscilações quanto ao contributo para o crescimento do PIB, chegando nos anos de 1974, 1980, 1985, 1991 e 2005 a explicar mais de 50% do crescimento real do produto.

Em contrapartida, os dados preliminares para o período 2010-13 revelam uma tendência continuada para o contributo negativo desta componente da despesa agregada. Ao longo da série tal apenas se tinha observado de forma ténue no ano de 2006.

A dívida pública cresceu de forma muito acentuada até meados da década de oitenta atingindo o nível de 62% em relação ao PIB. A partir de 1985 entrou em trajetória descendente até 2000, em que representava cerca de 52% do PIB. Desde 2000 que o rácio da dívida pública no PIB apresenta uma tendência de constante crescimento, destacando-se o aumento de 20 p.p. entre 2000 e 2008 e de 57 p.p. entre 2008 e 2013.

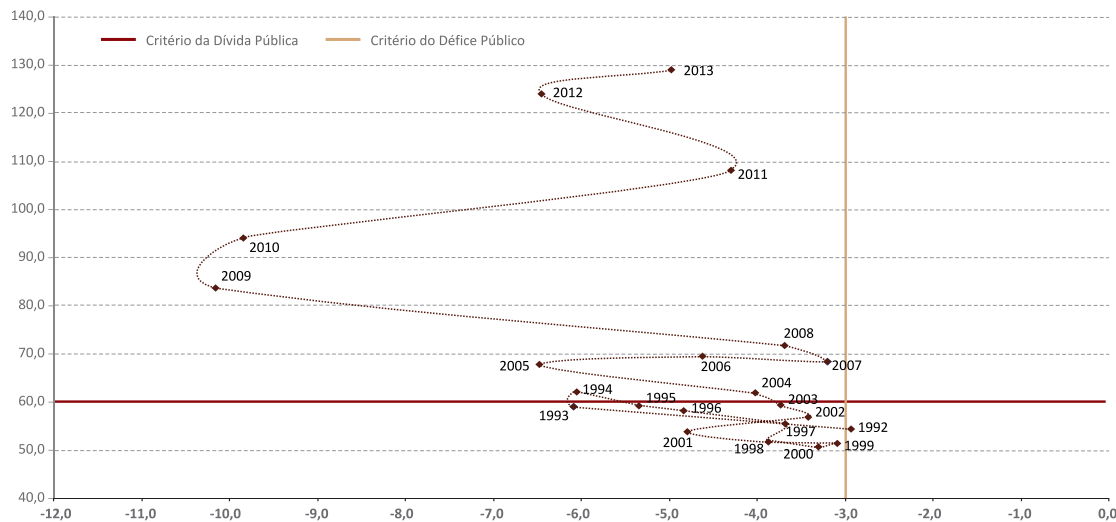
O saldo público global, que era positivo no início da década de setenta, tornou-se progressivamente mais negativo a partir de 1974, tendo atingido, em 1981, o valor máximo da série (12,5 % do PIB). Desde então, a tendência tem sido para uma redução do défice público, com algumas situações de exceção em que se destacam os anos de 1984, 1985, 2005, 2009, 2010 e 2012.

Gráfico 14.5  
Saldo Público Global e Dívida Pública Bruta em % do PIB



Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas. INE, I.P., Contas Nacionais.  
Notas: Dados 2011 - provisórios. Dados 2012 e 2013 - preliminares.

Gráfico 14.6  
Saldo global das Administrações Públicas e Dívida Pública Bruta em % do PIB



Fonte: Banco de Portugal, Séries Longas. INE, I.P., Contas Nacionais.  
Notas: Dados 2011 - provisórios. Dados 2012 e 2013 - preliminares.



CAPÍTULO 15 | PARTICIPAÇÃO POLÍTICA



25<sup>de</sup> ABRIL  
40 ANOS<sup>de</sup>  
ESTATÍSTICAS



## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

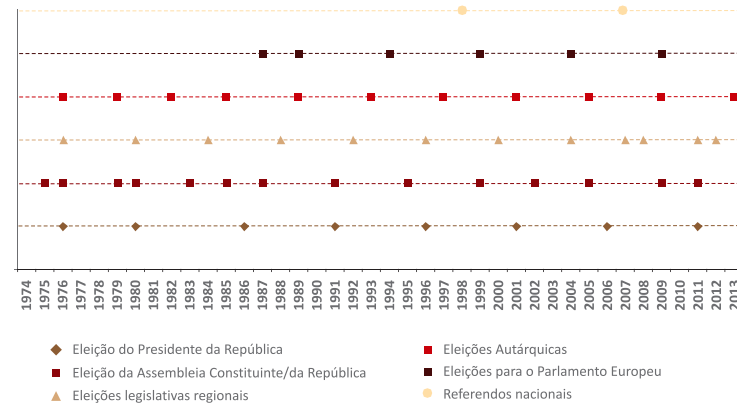
Desde o 25 de Abril de 1974, o processo eleitoral português contou já com sessenta e dois atos eleitorais gerais e três referendos de âmbito nacional:

- 14 Eleições legislativas (Assembleia Constituinte e Assembleia da República)
- 8 Eleições presidenciais (uma delas com dois sufrágios)
- 20 Eleições legislativas regionais (Açores e Madeira)
- 11 Eleições dos órgãos das autarquias locais (Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Câmaras Municipais)
- 6 Eleições europeias (Parlamento Europeu)
- 3 Referendos nacionais (sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e dois sobre a instituição das regiões administrativas).

A participação política nestes atos eleitorais tem sofrido uma redução ao longo dos últimos quarenta anos:

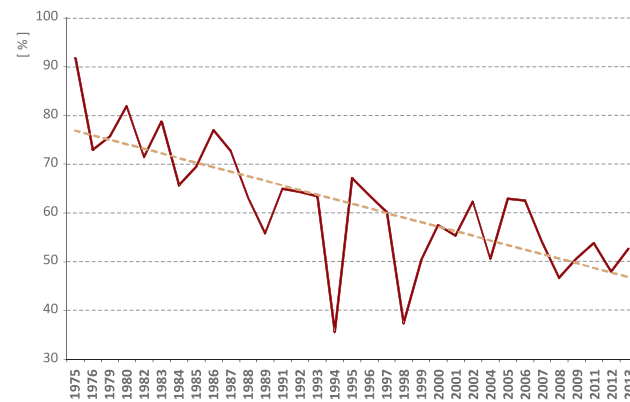
- Nas eleições para a Assembleia da República o máximo de participação foi de 91,7% em 1975 e o mínimo de 58,1% em 2011 (quebra de 33,6 p.p.).
- Nas eleições para a Presidência da República o máximo de participação foi de 84,2% em 1980 e o mínimo de 46,5% em 2011 (quebra de 37,7 p.p.).
- Nas eleições legislativas regionais dos Açores o máximo de participação foi de 77% em 1980 e o mínimo de 46,7% em 2008 (quebra de 30,3 p.p.).
- Nas eleições legislativas regionais da Madeira o máximo de participação foi de 80,9% em 1980 e o mínimo de 57,5% em 2011 (quebra de 23,4 p.p.).
- Nas eleições autárquicas o máximo de participação foi de 71,4% em 1982 e o mínimo de 52,6% em 2013 (quebra de 18,8 p.p.).
- Nas eleições para o Parlamento Europeu o máximo de participação foi de 72,6% em 1987 e o mínimo de 35,5% em 1994 (quebra de 37,1 p.p.).

Gráfico 15.1  
Cronologia dos atos eleitorais



Fonte: Ministério da Administração Interna, Direção-geral de Administração Interna

Gráfico 15.2  
Participação média em atos eleitorais



Fonte: Ministério da Administração Interna, Direção-geral de Administração Interna

Quadro 15.1  
Participação em atos eleitorais (máximos e mínimos)

	Max	Min	Diferença
	%		(p.p.)
Eleição do Presidente da República	84,2	46,5	37,7
Eleição da Assembleia Constituinte/da República	91,7	58,1	33,7
Eleições legislativas regionais Açores	77,0	46,7	30,4
Eleições legislativas regionais Madeira	80,9	57,5	23,4
Eleições Autárquicas	71,4	52,6	18,8
Eleições para o Parlamento Europeu	72,6	35,5	37,1

Fonte: Ministério da Administração Interna, Direção-geral de Administração Interna

As eleições para Assembleia da República, Assembleias legislativas regionais e as eleições para a Presidência da República são as que têm registado, em média, menores índices de abstenção em oposição às eleições autárquicas. O grau de participação em eleições para o Parlamento Europeu iniciou-se com um nível elevado em 1998 mas registou uma quebra acentuada nos dois ciclos seguintes, para atingir valores mínimos de participação em atos eleitorais. Nenhum dos três referendos que se realizaram envolveu uma participação maioritária das/os eleitoras/es.

Além da participação das/os portuguesas/es diferir consoante a natureza do ato eleitoral em causa, a própria evolução da proporção de eleitoras/es a exercer o direito de voto tem exibido trajetórias distintas nos vários tipos de eleição.

Com apenas duas exceções (entre 1976 e 1979 e entre 1999 e 2005), a participação política nas eleições legislativas tem registado decréscimos sucessivos, tendo atingido o mínimo em 2011, com 58,1% das/os eleitoras/es inscritas/os a terem exercido o direito de voto.

As eleições presidenciais, embora com algumas oscilações, têm revelado também uma tendência de diminuição da participação política, de 75%, em 1976, e um máximo em 1980 (84%), atingindo 46,5% em 2011, registo relevante pela participação minoritária das/os eleitoras/es.

As eleições legislativas regionais apresentam igualmente um perfil descendente quanto à participação das/os cidadãos/ãos eleitoras/es, embora de forma mais acentuada no que respeita à Região Autónoma dos Açores.



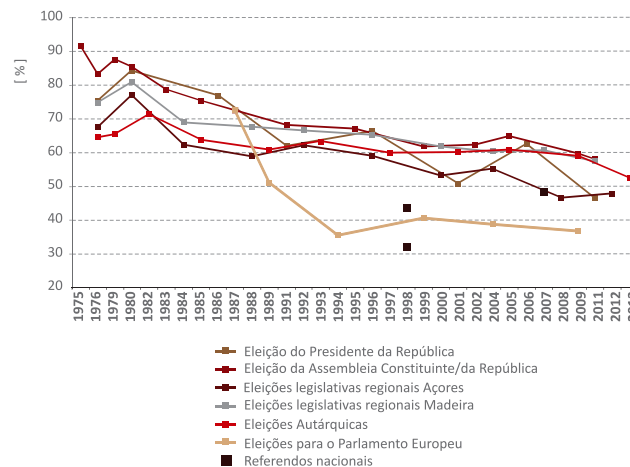
As eleições autárquicas, embora menos participadas, são, porventura, aquelas nas quais esta participação se tem revelado mais estável (em torno dos 60-65%), com exceção do ano de 1982, em que a participação ultrapassou 70%, e do momento eleitoral mais recente, em que a participação das/os eleitoras/es se situou abaixo de 53%.

A tendência decrescente observada nos três primeiros momentos eleitorais para o Parlamento Europeu (1987, 1989 e 1994) inverteu-se nas eleições de 1999, revelando, ainda assim, uma participação política de apenas 40,3%, que caiu para valores ligeiramente acima de 1/3 das/os eleitoras/es inscritas/os.

Os três únicos referendos nacionais realizados em Portugal, dois em 1998 e o último em 2008, registaram uma participação muito reduzida. Com efeito, menos de metades das/os eleitoras/es inscritos exerceram o direito de voto, tendo a abstenção atingido, no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, 68,1% dos inscritos. No Referendo nacional sobre a instituição das regiões administrativas a abstenção, embora elevada, foi das mais reduzidas (51,7%).

No processo eleitoral português, importa anotar dois momentos particulares. Por um lado, o facto de as eleições para a Assembleia Constituinte, que marcaram o início deste período, terem registado a maior afluência de sempre às urnas: 91,7%. Por outro lado, as eleições para o Parlamento Europeu de 1994 registaram o mínimo histórico de todo o processo eleitoral português (excluindo os referendos nacionais), em termos de participação política, com o número de votantes a corresponder a pouco mais de um terço das/os eleitoras/es inscritas/os.

Gráfico 15.3  
Participação em atos eleitorais



Fonte: Ministério da Administração Interna, Direção-geral de Administração Interna.